

SESSÕES DO PLENÁRIO

66ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de agosto de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. MARIA LUIZA LAUDANO “AD HOC”

2º SECRETÁRIO: DEP. JOÉLCIO MARTINS “AD HOC”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Ferreira Ottomar, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Paulo Azi, Paulo Câmara, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virginia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (46).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Gostaria de registrar as presenças dos deputados Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Gaban, Gildásio Penedo, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Pedro Alcântara, Roberto Muniz, Sandro Régis, Sérgio Passos e Yulo Oiticica.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(A Srª 1ª Secretária *ad hoc*, deputada Maria Luiza Laudano, procede à leitura do expediente.)

O F Í C I O S

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05,07,12,14,19 e 26/05/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Arthur Oliveira Maia, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06 e 26/05/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 07,08,09,14,15 e 28 de abril, 12,14,26 e 27 de maio, 02,09,10 e 18 de junho e 01 de julho de 2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Da Dep. Antônia Pedrosa, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 22, 23 e 24 de abril, 05 e 06 de maio e 09 de junho de 2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Nelson Leal, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05,06,07,12,13,14, 15,19,20,21,26,27 e 29/05/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais colegas parlamentares, quero saudar aqui todos os funcionários da imprensa e deputados neste retorno das atividades em Plenário. Naturalmente o recesso não significa férias, os parlamentares desenvolvem outras atividades, mas hoje estamos retornando aos trabalhos de Plenário para discutir, debater, votar proposições, propostas, projetos.

Neste segundo semestre teremos muitos debates políticos em função das eleições que ocorrerão em todos os municípios, e sem dúvida nenhuma é um momento importante de escolha da nossa população. Mas nós precisamos aliá-lo às atividades na Assembléia Legislativa. Temos centenas de projetos para serem discutidos, debatidos e aprovados, entre eles alguns importantes que já estavam na Ordem do Dia, como o de plano e carreiras do Judiciário.

Portanto, é importante e fundamental a presença dos parlamentares aqui para que possamos votá-lo na próxima semana. O Executivo e o Judiciário estão em debate constante, e a perspectiva é que na próxima semana o tenhamos votado. Isso é essencial para a valorização dos servidores e serventuários da Justiça a fim de que tenhamos uma Justiça cada vez mais eficiente, ágil e a serviço da população.

Portanto, esse projeto, que tramita nesta Casa e foi motivo de muitos debates aqui no Plenário, precisa ser aprovado o mais rápido possível, esta semana na próxima, para que possamos realmente ver concretizada uma expectativa de melhoria das condições salariais e de trabalho dos serventuários e servidores do Judiciário.

Há também um outro projeto fundamental, o da Procuradoria Geral do Estado, cujo debate é importante, e todos os segmentos que o debateram esse consideraram-no fundamental para a transparência, a eficácia da gestão pública. Então ele também precisa ser votado, viabilizado.

Tanto o projeto do Judiciário quanto o da Controladoria Geral do Estado são fundamentais, repito, mas temos vários outros projetos de parlamentares. Nesse sentido precisamos avançar para que, além desses dois projetos, votarmos também projetos de parlamentares ainda nesse semestre. Em que pese a ser um período bastante movimentado em virtude das eleições municipais, temos que pôr esta Casa para funcionar de forma cada vez mais eficiente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, às vezes, até por força de certos cargos que exercemos, somos obrigados, para termos um desempenho melhor, a aprofundarmos assuntos pertinentes a determinadas funções. Isso ocorreu comigo, recentemente, quando assumi a vice-presidência da Comissão de Segurança Pública.

Conhecer um pouco mais dele e poder debater e entender a enorme demanda que tem surgido de diversos segmentos organizados da sociedade em relação à insegurança que atinge o nosso Estado, sobretudo a Região Metropolitana de Salvador, fez com que eu conhecesse alguns pontos que, confesso, até não gostaria de conhecer, porque, quando conhecemos os meandros da Segurança Pública, o que está envolvido por trás disso, é melhor até ser um cidadão inocente, com poucas informações, porque sofre menos e talvez não se desgaste tanto por não saber das mazelas, do que ocorre no dia-a-dia, pertinente à segurança pública, nos presídios, nas delegacias, enfim, nesse meio.

Aprofundando esse conhecimento, pude conhecer mais de perto a Polícia Militar. Em conhecendo a Polícia Militar, começamos a entender o sentimento do soldado, que também é um pai de família. É lógico que, muitas vezes, tem cometido excessos, mas também anda amedrontado por estar, praticamente, desarmado em relação aos bandidos, cada vez mais armados, sobretudo aqui, em Salvador, com o aumento exagerado do tráfico, que está assolando todos os bairros.

A toda hora vemos assassinatos serem cometidos, porque o crime foi banalizado em nossa capital, pois agora se mata até por R\$ 20,00. O usuário de *crack* ou de outra droga

qualquer que deixa de pagar, vão lá e o matam. E as mortes por disputa de pontos têm ocorrido diuturnamente em nossa cidade.

E vamos conhecendo esse pai de família, o PM, que tem o salário baixo e sempre reclama. Realmente, o salário é baixo em relação à função que ele exerce. Vemos que muitos deles – a maioria esmagadora, aliás –, mesmo com todas as dificuldades por que passam, com as ameaças sofridas por suas famílias, com o armamento inadequado se comparado ao das quadrilhas, das *gangs* organizadas que existem, infelizmente, em Salvador, ainda estão motivados para trabalhar.

Ao procurar a razão, comecei a descobri-la. Havia um grande comandante, Jorge Santana, que poderia até estar desanimado, de uma corporação, a Polícia Militar, que conta com cerca de 27 mil homens, quando os estudos mostram que deveria haver, pelo menos, 43 mil homens na Polícia Militar.

Quando, como eu disse, aprendemos a conhecer os meandros da Segurança Pública do nosso Estado e começamos a comparar, parece que se está brincando com armas de brinquedo enquanto os bandidos estão cada vez mais melhor armados. E esses homens, que são apenas 27 mil, repito, quando seriam necessários 43 mil homens, ainda estavam motivados, porque tinha um grande comandante, Jorge Santana.

Não se falou, não se ameaçou fazer greve na polícia; motim, não houve. Ele segurou! A Polícia Militar da Bahia sempre soube, esses 27 mil abnegados homens da Polícia Militar sabiam que tinham um grande comandante que sempre os defendeu de todas as acusações que sofriam. Eles iam motivados, sem armas adequadas, sem viaturas adequadas, e desempenhavam sua função com zelo, com determinação, e, na maioria das vezes, com muita coragem mesmo.

Agora vemos – eu vejo com muita tristeza –, o afastamento do coronel Jorge Santana. Irei dar entrada, talvez ainda hoje, a uma moção de aplauso pelo serviço que ele prestou à Polícia Militar da Bahia.

E alerta ao novo comandante que ele tem grandes desafios. O primeiro que ele vai enfrentar é manter o nível de motivação da Polícia Militar da Bahia. Isso, com grande zelo, com grande capacidade e com grande liderança, o coronel Jorge Santana manteve.

Espero, não como deputado, não como vice-presidente da Comissão de Segurança desta Casa, mas como cidadão que vê cada vez mais em perigo a vida das pessoas conhecidas, muito próximas, e as nossas mesmo – se nós não nos cuidarmos seremos assassinados a qualquer momento–, que esse novo comandante, num momento difícil da polícia e da segurança do nosso Estado, em que é afastado o coronel Santana... Espero que Deus proteja o novo comandante, mas acho que o grande desafio que ele enfrentará será manter motivada a Polícia Militar como ela estava.

Tenho minhas dúvidas, mas, como cidadão, espero que, no mínimo, ele consiga manter esse grau de motivação, para que a segurança do nosso Estado não fique pior do que está.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo Sr. Presidente.

Voltarei a esse tema oportunamente.

Hoje mesmo verei com o Líder do meu partido se há horário, porque vou falar do projeto do Judiciário, aproveitando a presença do relator, deputado Álvaro. Alerttei nesta Casa que o Judiciário não precisaria mais da Assembléia Legislativa, que faria, ao projeto que aprovamos, as modificações que queria. E me parece que, infelizmente, Álvaro Gomes, eu tinha razão. Por meio do Regimento Interno, eles vão fazer uma modificação, fazendo voltar aquela que sempre combatemos: a câmara especializada em pegar dinheiro de prefeitos condenados.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Seu tempo está esgotado, nobre deputado.

O Sr. GABAN:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembléia*, subo a esta tribuna hoje, deputado Heraldo Rocha, para comentar o programa mais divulgado do governo Wagner, o Acelera Bahia, que está em *outdoors* pelo Brasil afora e em toda a mídia nacional.

Mas devo dizer que esse programa não passa, deputado Heraldo Rocha, do acelera violência. Troca-se secretário da Segurança Pública, troca-se o comando geral da Polícia, e o pau está quebrando. Esse é o Acelera Bahia!

Na verdade, é o acelera desemprego. O pólo industrial tão prometido, deputado João Carlos Bacelar, é apenas virtual. A Toyota, cantada em versos e prosas, foi embora para São Paulo. Esse é o Acelera Bahia!

O Acelera Bahia, na verdade, é o acelera morte. O caos na saúde pública mata todos os dias milhares de baianos. Esse, deputado Gildásio Penedo, é o Acelera Bahia!

Deputado João Carlos Bacelar, é o acelera PAC. O governo federal prometeu um investimento de R\$ 20 bilhões aqui na Bahia, mas até agora, após 1 ano e 8 meses do governo Jaques Wagner, foram iniciados menos de 10% das obras.

Veja o que é o Acelera Bahia em relação ao turismo, meu Líder Gildásio Penedo. Hoje, os grandes investimentos privados na rede hoteleira estão fugindo do nosso Estado. E o Pelourinho é o grande mau exemplo para o Brasil. Esse é o Acelera Bahia!

E não poderia deixar de me referir, deputado Gildásio Penedo, à grande paixão nacional: o futebol. Não posso deixar de citar o que está ocorrendo com a Fonte Nova, que está aí fechada. As famílias das vítimas daquele desastre até agora aguardam as promessas.

E Pituaçu? Virou uma piada. Todo dia há um novo prazo para que esse estádio seja entregue aos baianos. Acho até que é uma manobra para prejudicar o Bahia. Esse é o Acelera Bahia!

E aqui nesta Casa temos a grande prova do que é esse Programa Acelera Bahia: os deputados da base governista não vêm defender o governo deles. E não vêm porque sabem que esses programas estão na televisão, mas a realidade, infelizmente, é outra.

Esse Acelera Bahia, na verdade, são ações que vêm, infelizmente, destruindo o nosso Estado. Os baianos estão sofrendo porque esse desenvolvimento existe apenas naquela propaganda bonita nos *outdoors*, na televisão e no rádio. Na realidade esse programa não passa do acelera morte, do acelera desemprego, do acelera PAC – já que não veio quase dinheiro nenhum –, do acelera violência, do acelera falta de saúde pública para os baianos.

Mas a propaganda deste governo é muito boa. Mostram até o hospital do subúrbio atendendo. Líder Heraldo Rocha, ainda não há nem terreno para esse hospital! Mas os baianos estão atentos e vêem que essas propagandas não condizem com a realidade.

No papel, no *outdoor*, na televisão, no rádio, enfim, nas propagandas pagas a Bahia vai muito bem. Mas, infelizmente, começamos um novo período da nossa legislatura e temos a tristeza de trazer a esta Casa que o nosso Estado continua navegando no marasmo, na incompetência administrativa e na falta de projetos para a qualidade de vida do povo baiano.

Espero que o Acelera Bahia se transforme numa realidade e não seja esse acelera que vem destruindo o povo e o nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Ubaldino):-Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, teleouvintes da *TV Assembléia*, radioouvintes da *Rádio Oposição*, gostaria de saudar os companheiros após o recesso parlamentar. Sejam bem-vindos a este segundo semestre da nossa atividade, que será bastante produtiva.

Sr. Presidente, há pouco, no *blog* de Samuel Celestino, li o seguinte: (lê) “*Sete homens assaltam posto de gasolina na Centenário, 4/08/2008, 10h7min. Foi assaltado agora há pouco por 7 homens armados o posto de gasolina da Avenida Centenário. Os assaltantes chegaram em 2 carros, um Gol preto e um Palio. Na troca de tiros, dois policiais militares e um frentista foram feridos. Os assaltantes conseguiram fugir e estão sendo perseguidos pela polícia.*”

Esta é mais uma das notícias do governo Jaques Wagner, que mudou o Exmº Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Paulo Bezerra, e nomeou outro Secretário da Segurança e, agora, o que para nós não é surpresa, demitiu o comandante da Polícia Militar e nomeou outro coronel para substituí-lo. É a troca do seis por meia-dúzia.

Não está e não vai resolver o grave problema da insegurança do povo da Bahia. Durante o período de recesso, recebi vários *faxs* e *e-mails* do interior, solicitando que nós não nos preocupássemos, nobre deputado José Nunes, apenas com a capital e a Região Metropolitana, mas também com o interior da Bahia, que tem sofrido com a falta de uma política de segurança pública por parte deste governo.

Eu me pergunto constantemente se nós da Oposição não estamos sendo radicais. Veja que, no período de recesso, inclusive assunto colocado em pauta nos diversos *blogs* e jornais pelo deputado Gildásio Penedo, a Justiça da Bahia interditou os famosos contêineres, inclusive a defensora pública Drª Fabíola disse que isso era uma atitude desumana.

. Eu me pergunto, Sr^{as} e Sr. Deputados, Sr^{as} e Srs. Ouvintes da Assembléia, se aquela foto estampada, nobre deputado Misael, no jornal *A Tarde*, em primeira página, com os presos nus, agachados, não é uma foto que demanda que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa tome uma posição? Aquela é uma foto que, se fosse alguns tempos passados, nós aqui estaríamos sendo condenados, porque aqueles que a vida inteira se elegeram, principalmente com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, ficaram calados. Os contêineres, todos nós sabíamos, era uma situação emergencial. Quando a Bancada de Oposição denunciou ao Ministério Público a aquisição sem licitação daqueles contêineres nós estávamos fazendo isso com consciência, porque além de contratar e jogar o dinheiro do povo no lixo, estavam cometendo um ato sem licitação e colocando homens que merecem ser punidos, desde que sejam julgados, mas que não podem ser tratados como estão sendo por este governo. Que incoerência.

Aí estamos, e este assunto será debatido por nós neste segundo semestre, alertando o governo para que trate a segurança pública com competência respeitando o povo da Bahia, deputado Leur, líder do PMDB, que nos dá o prazer de estar nesta sessão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Virgínia Hagge, temos o primeiro semestre de 2008 como o mais sangrento da história da Bahia. Troca-se o secretário de segurança pública, o comandante da Polícia Militar, mas sabemos que a situação não será resolvida porque o que precisa ser trocado é o governador do Estado, é o método de administração da segurança na Bahia.

Temos um governador que, infelizmente, não gosta de trabalhar, que não toca as atividades administrativas e temos uma bancada de apoio ao governo nesta Casa que é omissa e ausente aos debates. A situação chegou a tal ponto que o Sr. Líder do Governo quer audiências, sessões nesta Casa, de 15 em 15 dias; sessões no ritmo do governador Jaques Wagner.

O Sr. Governador não despacha com os secretários, com exceção dos três secretários que têm gabinetes na governadoria. O Sr. Governador não atende as ligações dos secretário de segurança pública, não acompanha o dia-a-dia das coisas que ocorrem no Estado, por isso Salvador vive essa situação de guerra, de emergência.

Ano passado, de janeiro a junho, 778 homicídios ocorreram em Salvador. Este ano, somente no primeiro semestre, ocorreram 1.125 assassinatos em Salvador e na Região Metropolitana. Quase o dobro em comparação aos números do mesmo período do ano anterior.

Em 2007, em relação ao ano anterior, houve um crescimento de 40% no número de assassinatos. Este ano há um crescimento de 48% em relação ao período do ano anterior. Precisamos, deputado Gildásio Penedo, da Força Nacional aqui no Estado. Reivindicamos a presença da Força Nacional porque ela não é comandada pelo governador do Estado, pois sabemos, volto a dizer, que o governador Wagner não gosta do trabalho, não é afeito às atividades administrativas. Basta lembrar o período em que o atual governador foi ministro do Trabalho, criou o projeto Primeiro Emprego e não conseguiu colocar nem 100 jovens no mercado de trabalho brasileiro.

O governador do Estado e toda a Bahia viram a implantação da Toyota ser transferida para São Paulo, porque a Toyota disse que aqui não havia segurança para os seus funcionários. A que ponto chegamos! Um Estado que tinha um modelo elogiado em todo o Brasil no qual os índices de violência eram os menores do País em 1 ano e 8 meses do desgoverno Wagner vê um estado de guerra se implantar em nossas terras.

Sr. Presidente, já que não há governador, já que o Executivo não cumpre as suas funções, cabe a esta Casa tomar uma atitude. Infelizmente o Líder do governo quer sessões de 15 em 15 dias para que aqui não sejam debatidos os problemas da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa e das Galerias, teleouvintes da *TV Assembléia*, primeiramente quero desejar a todos um bom retorno no segundo período legislativo, iniciado na última sexta-feira. Mas, em virtude de não ser dia de sessão ordinária, os trabalhos só voltaram à

normalidade hoje. Esperamos que a Casa e, principalmente, os Líderes do Bloco governista tenham refeito os seus discursos, deputado João Carlos Bacelar.

O que percebemos durante o primeiro momento desta sessão legislativa foi um governo apático, moroso, letárgico e omissivo em muitas áreas. De certa forma isso refletiu na base do governo, deputado Capitão Tadeu, V.Ex^a que é um homem antenado e preocupado com as áreas sociais do nosso Estado, principalmente a da segurança pública, que virou um desastre. Um desastre!

Inclusive quero desejar êxito, sucesso ao novo comandante da Polícia Militar, coronel Mascarenhas, para que efetivamente possa modificar o cenário da violência.

S.Ex^a o Sr. Governador tem de perceber que não adianta mudar as figuras, os personagens se o roteiro não for mudado. E o roteiro da segurança pública do governo Jaques Wagner é uma piada, deputado João Carlos Bacelar. Já se mudou secretário da Segurança Pública, já se mudou delegado-chefe da Polícia Civil e ontem se mudou o comandante da PM. Entretanto os números, deputado Capitão Tadeu, infelizmente não param de crescer de forma negativa.

A Bahia vive na contramão do País, nobre Líder do Democratas, deputado Heraldo Rocha, que tem colocado com altivez e brilhantismo esses números. O Brasil vem reduzindo a criminalidade em muitos estados, mas o nosso está indo na contramão com o aumento significativo da criminalidade na Bahia, deputado Gaban.

É assustador e deprimente abrirmos os jornais todos os finais de semana e nos acostumarmos com as barbaridades, as chacinas e o derramamento de sangue que têm sido constantes neste governo. Não adianta mudar os personagens se o governador não mudar a sua política de segurança pública, até porque há dinheiro, deputado Capitão Tadeu. Existem recursos. Mas o governo, que não tem gestão é inapetente administrativamente, moroso em muitas áreas, e o resultado é o crescimento assustador e avassalador da criminalidade em nosso Estado.

Quero, também, aproveitar este momento para pedir aos deputados da base governista, de modo especial aos Líderes do governo...

Não é possível que assistamos a uma declaração do deputado Waldenor, Líder do governo, querendo condicionar a Casa a votações a cada 15 dias. A Assembléia não pode ficar, deputado Heraldo Rocha, a reboque do processo eleitoral. Temos que ter a altivez, a independência de poder manter a Casa ativa e participativa. É lamentável que se queira condicionar o funcionamento desta Casa a cada 15 dias.

Espero que os deputados da base do governo, maioria nesta Casa, possam rever esse posicionamento. A Oposição não participou, não participa e não participará de nenhum acordo que possa diminuir as atividades legislativas do Poder baiano.

Deputado Carlos Ubaldino, V.Ex^a que preside a Casa neste momento, espero que o bom senso possa nortear o governo nesta Casa, até porque todos nós sabemos que o processo eleitoral na maioria dos municípios ainda está frio, há um certo distanciamento

eleitoral da própria população, e os movimentos políticos geralmente ocorrem nos finais de semana, portanto a Casa não deve, não pode ficar a reboque do processo eleitoral e condicionar as suas atividades legislativas somente de 15 em 15 dias como previu o Líder deputado Waldenor.

É este o apelo que faço aos deputados governistas. E desejo que a Casa possa produzir, possa chamar a atenção do governo pelos equívocos cometidos, deputado Capitão Tadeu, como foi a compra dos *contêineres* ...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) denunciada pela Bancada da Oposição – e sei que teve o apoio de muitos aqui por entenderem o equívoco – e hoje está aí o resultado: um milhão e trezentos mil reais jogados fora, desperdiçando o dinheiro do contribuinte baiano enquanto a criminalidade cresce em nosso Estado.

É esse o meu apelo. Desejo a todos um grande retorno e que esta Casa, de fato, possa produzir na sua plenitude nesse período eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Ubaldino):- Concedo a palavra ao deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero saudar todos pelo retorno das nossas sessões plenárias e, infelizmente, Sr. Presidente, constatar que o nosso Estado, a nossa cidade está sendo dominada pela criminalidade. Há pouco tivemos a notícia de um tiroteio que ocorreu na Avenida Centenário deixando três policiais gravemente feridos, e o frentista de um posto está em estado grave. O que é pior, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é que S.Ex^a o governador insiste em afirmar que as coisas vão bem. Falta humildade ao governador da Bahia.

O governador, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, para não reconhecer a grave crise na Segurança Pública, que fez inclusive com que ele trocasse o alto escalão da Polícia Militar, chega ao cúmulo de dizer à nossa população que essa alteração no comando da Polícia Militar se deve a uma mudança, deputado Joel, para estimular os oficiais da Polícia da Bahia.

Será que o governador pensa que todos nós somos idiotas? Se isso fosse verdade, deputado João Carlos... Imagine V.Ex^a utilizar o posto de alto comando da Polícia Militar para fazer um rodízio, para fazer um estágio para que os oficiais se sintam estimulados! Veja como falta humildade a esse governador. Não seria muito mais correto, muito mais verdadeiro com a nossa população dirigir-se aos baianos e dizer: “Mudei o alto comando da Polícia porque verdadeiramente o nosso Estado está sem segurança pública?” Não seria isto

que se esperava de um governante: ter a humildade para reconhecer os seus erros e buscar, através de medidas de gestão pública as soluções para os problemas que nós enfrentamos? Não. S.Ex^a continua a colocar-se acima do bem e do mal, acha que tudo vai bem. Eu até estou desconfiado, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que o governador até acha realmente que tudo vai bem. Afinal de contas, um governo que, depois de um ano e meio de administração, tem, segundo as pesquisas divulgadas recentemente, uma aprovação de apenas 23% e ainda assim o governo comemora! E, ainda assim, o governo festeja, Sr^a e Srs. Parlamentares! É sinal de que, infelizmente, o governo acha que tudo vai muito bem, que a saúde do nosso Estado está melhorando, que a segurança da população está sendo bem atendida... Enquanto isso, milhares e milhares de baianos morrem, são assassinados...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Infelizmente, o nosso governador age como se nada estivesse acontecendo.

Quero lamentar essa postura. Quero concordar com o Líder, deputado Gildásio Penedo, que ele é um governador que não tem humildade, que não reconhece os seus erros. Talvez por isso, deputado Gildásio, por não ter humildade e por saber que a Oposição constantemente nesta Casa solicita a presença da Guarda Nacional, por falta de humildade o governador não faz essa requisição e quem sofre são os baianos que continuam a morrer nas ruas e nas praças da nossa cidade de Salvador e do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, nosso amigo, nosso mui digno Líder do governo Jaques Wagner, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Jornalistas, Srs. e Sr^{as} que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, quero, em primeiro lugar...

Sr. Presidente, peço licença para marcar minha presença, porque acabei não fazendo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero em primeiro lugar cumprimentar a todos os colegas deputados e deputadas, e de forma especial o Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo, desejar a todos especialmente aqueles deputados e deputadas da nossa Bancada um retorno motivado pelas realizações do nosso Governo. Estaremos nesse segundo semestre legislativo apresentando a partir de hoje uma série de ações e de investimentos que estão

consolidando o governo Wagner como um dos melhores governos da história recente do nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de apresentar, de imediato, especialmente para a imprensa aqui presente, dados colhidos pela nossa assessoria legislativa que dão conta de que o discurso fortemente utilizado pelo Líder da Minoria, e por outros líderes e deputados da Oposição a respeito da execução orçamentária do nosso Governo, não se sustentam quando comparados com a execução orçamentária do governo. Apoiado pelos nobres deputados, refiro-me especialmente ao último governo Paulo Souto. Vamos verificar que a execução orçamentária realizada pelo nosso governo no último semestre legislativo, ou seja, no primeiro semestre legislativo de 2008, é perfeitamente compatível com a execução orçamentária de outros governos e, por que não dizer, até maior do que o governo que nos antecedeu. Digo isso porque a assessoria da nossa liderança realizou estudos que nos apresentam, que nos mostram que a execução orçamentária do Governo Jaques Wagner no primeiro semestre de 2008 foi percentualmente, e também em termos absolutos, superior ao terceiro semestre do governo Paulo Souto.

Vejamos os dados: o orçamento do Governo Jaques Wagner para o ano de 2008, deputado Heraldo Rocha, Líder do DEM, que nos acompanha com atenção, é de 19 bilhões e 524 milhões. O orçamento do governo Paulo Souto no primeiro semestre de 2008, segundo ano do seu segundo mandato foi de 14 bilhões e 130 milhões de reais. O governo Paulo Souto no primeiro semestre do segundo ano de mandato realizou 47, 52% do seu orçamento, deputado Yulo, e deputado Isaac, o nosso governo, o governo Jaques Wagner realizou 51% do orçamento previsto para o ano de 2008. Portanto, realizou mais do que o governo Paulo Souto no primeiro semestre do segundo ano do seu segundo mandato, mais precisamente o ano de 2004.

No que diz respeito às secretarias, às temáticas que vêm sendo alvo de maior atenção, de maiores críticas contundentes da Oposição, o governo Paulo Souto no primeiro semestre de 2004 realizou com segurança pública 40%; o nosso governo realizou 42,52%, 3% a mais do que o realizado pelo governo Paulo Souto. Na área da saúde, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a que tem sido um crítico contundente, por que não dizer contumaz à respeito dessa temática, o governo Paulo Souto, no primeiro semestre de 2004, segundo ano do mandato, realizou 40,91%, e o nosso governo realizou 43,28%.

Um outro setor extremamente criticado, muitas vezes equivocadamente, pela Oposição, é a Educação, no qual, no primeiro semestre de 2004, o governador Paulo Souto, no seu segundo mandato, realizou 37,88%, e o nosso governo, 41,84%.

Até vou disponibilizar para V. Ex^a, deputado Heraldo Rocha, dados relativos a todas as secretarias e quero dizer que, em quase todas elas, o governo Jaques Wagner realizou, executou, em termos percentuais - e não poderia ser diferente, pois o Orçamento de 2008 é naturalmente muito maior -, muito mais, tanto do ponto de vista absoluto como do ponto de vista relativo, que o governo Paulo Souto no primeiro semestre do segundo ano do seu mandato, em 2004.

Aí V. Ex^a poderá, e com razão, contestar o que tem sido frequentemente contestado, desta tribuna, pelo Líder da Minoria: os recursos destinados a investimentos, de cujos dados disponho aqui. No primeiro semestre de 2004 o governo Paulo Souto realizou 16,95% em investimentos, e o nosso governo, 14,91%, ou seja, dois pontos percentuais a menos, mas perfeitamente compatíveis com o realizado pelo governo Paulo Souto no primeiro semestre de 2004, segundo ano de governo dele.

Disponho também de informações de várias outras secretarias, e na Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, por exemplo, o governo Paulo Souto realizou 11,20%, e o governo Jaques, 24%, mais que o dobro. O governo Paulo Souto realizou, na área da Habitação, na Bahia, que é um dos Estados com o maior *déficit* habitacional do País, no primeiro semestre de 2004, 12,65%, e o nosso governo, 32,14%.

Vejamos um outro item: em energia, o governo Paulo Souto realizou 19%, e o nosso governo, 21%; em transporte, o governo Paulo Souto realizou 19%, e o nosso, 27%; e, na média geral, como já destaquei anteriormente, o governo Paulo Souto realizou 47% e o nosso 51%.

Portanto, as críticas contundentes feitas aqui pelo Líder da Minoria, especialmente, na verdade representaram verdadeiras bravatas, porque, quando levantados os dados fidedignos que têm como fonte a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, o governo Jaques Wagner, em período semelhante, equivalente, no primeiro semestre do segundo ano de governo, o nosso governo realizou, executou mais do que o governo defendido e apoiado pelos nobres colegas deputados da Oposição.

Caberia perfeitamente dizer, e vou fazê-lo, repetirei mais uma vez: contra fatos não há argumentos. Aqui estão os dados comprobatórios de que a execução orçamentária do governo Jaques Wagner foi superior à execução orçamentária do governo Paulo Souto, apoiado pelos deputados da Oposição que tão ferrenhamente subiram a esta tribuna no primeiro semestre para tecer críticas contundentes, contumazes contra a execução orçamentária do governo atual. Eu estou pautando este debate e estou convidando o Líder da Minoria e o Líder do DEM para que, à luz do que foi executado dentro do orçamento, possamos desenvolver um debate de conteúdo, de qualidade a respeito da execução orçamentária do Estado.

Não estou afirmando que o nosso governo realizou muito mais, até porque os dados são razoavelmente compatíveis com os dois governos, mas, como já havíamos afirmado à imprensa e também o fizemos desta tribuna, a execução orçamentária do nosso governo está dentro dos parâmetros, dentro da compatibilidade de execução orçamentária de qualquer governo, não só da Bahia. Nós estamos em compatibilidade também com governos de outros Estados. Todos sabem que a execução orçamentária, no primeiro semestre do ano, especialmente no que diz respeito à realização de investimentos, se atrasa em razão da realização de licitações, dos prazos regulamentares que as licitações envolvem para que os recursos sejam definitivamente liberados.

Aqui estão os dados, todos eles compatíveis com qualquer governo da Bahia, com o do passado e com outros governos das diversas unidades da Federação, comprovando que o nosso governo está aplicando tantos recursos com manutenção, com os apoios administrativos como aqueles destinados a investimentos dentro da mais perfeita compatibilidade orçamentária, dentro dos prazos mais do que compatíveis com os procedimentos administrativos e jurídicos que envolvem a realização da administração pública.

Aqui estão os dados produzidos pela nossa assessoria que mostram que o governo Jaques Wagner executou o orçamento em percentuais superiores ao governo anterior quando considerado o mesmo período.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, feito esse registro, nós queremos anunciar a esta Casa Legislativa, especialmente à nossa Bancada, que neste segundo semestre estaremos tratando, apreciando importantes projetos que naturalmente vão permitir a esta Casa o mais amplo debate a respeito de projetos de interesse da Bahia, da nossa população. Destacaria entre o Plano Estadual de Saneamento, que se encontra em tramitação e na próxima semana já será alvo de debates nas comissões pertinentes, sendo, inclusive, programada a realização de uma audiência pública para que a sociedade organizada, especialmente as entidades ambientalistas e também vinculadas à área de saúde possam debater, discutir com profundidade esse projeto que institui a política estadual de saneamento em nosso Estado.

Estaremos também debatendo, apreciando o projeto de lei que cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia, um projeto importante e de igual modo, nos moldes do Governo Federal, também instituiremos no Estado da Bahia um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social com a participação de segmentos organizados da sociedade para debater, discutir, apreciar, criticar políticas de governo, projetos, ações governamentais que possam recomendar, ajudar o nosso governo na adoção de políticas que possam promover o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Um outro projeto que estaremos apreciando diz respeito ao incentivo à inovação e a pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo do Estado da Bahia. Um importante projeto vinculado à área da ciência e tecnologia. Temos afirmado que é impossível pensar no desenvolvimento do nosso Estado sem levar em consideração o desenvolvimento científico e tecnológico e este projeto que incentiva a pesquisa e o desenvolvimento da tecnologia em ambiente produtivo, é um dos projetos mais importantes dentre os aqui serão apreciados.

Outros projetos estão sendo gestados, como aquele dirigido à organização da juventude, companheiro Yulo, V.Ex^a que tem sido um baluarte na discussão, no debate, na condução dessa importante temática de interesse da juventude baiana.

Um outro projeto que está sendo gestado é o que trata da regulamentação dos transportes alternativos no Estado da Bahia. Um outro projeto que estará também sendo apreciado com maior celeridade, diz respeito ao Plano de Cargos e Salários dos

Serventuários da Justiça. Assumimos o compromisso, que na primeira votação do segundo semestre legislativo estaríamos apreciando e votando, naturalmente, este projeto importante de interesse dos serventuários do nosso Estado.

Um outro projeto importante que estaremos a apreciar, diz respeito ao Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Ministério Público que também será apreciado e votado, naturalmente aprovado, nessa leva de projetos de interesse do nosso Estado.

Portanto, teremos, diferentemente do que tem anunciado a liderança da Minoria, um período de discussão, de debates, apesar da atipicidade do período de campanha eleitoral.

Estamos organizando nossa Bancada para, num esforço concentrado votarmos a cada quinze dias, mas isso não quer dizer que a Bancada não estará presente, discutindo, debatendo nas comissões e no Plenário esses projetos oriundos do Executivo e também projetos oriundos do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e também projetos de iniciativa dos próprios parlamentares.

Faremos de tudo, apesar do período atípico, apesar da campanha eleitoral para que esta Casa Legislativa se mantenha atuante, possa estar permanentemente debatendo, discutindo, apreciando, votando e aprovando projetos de interesse do nosso Estado.

Quero destacar também, nobres colegas deputados e deputadas que não é verdade que o semestre anterior foi pouco produtivo. Não é verdade, pelo contrário, a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, no semestre anterior, apreciou, votou e aprovou importantes proposições. Apreciamos e aprovamos 31 proposições externas – 28 originárias do Poder Executivo, 02 originárias do Poder Judiciário e 01 do Ministério Público, apreciamos 180 projetos de utilidade pública, de interesse dos próprios parlamentares e 15 projetos de resolução, somando no total 226 proposições nesta Casa Legislativa no primeiro semestre deste ano.

Inclusive, além dos dados numéricos e quantitativos que foram relevantes é imprescindível destacar que no primeiro semestre legislativo aprovamos projetos da maior importância e significação para o nosso Estado, como o projeto que instituiu a política estadual de habitação e o fundo estadual de interesse social; o projeto que instituiu a política estadual de segurança alimentar; projetos que estão sendo fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas do nosso governo, como a criação do fundo de assistência judiciária, um projeto de interesse da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Aprovamos aqui a criação dos núcleos de penas alternativas, que já estão sendo implantados. Alguns deles já implantados, inclusive na semana passada foi implantado e já inaugurado o núcleo de penas alternativas do município de Jequié, que contou com a presença do Governador Jaques Wagner. Além disso aprovamos operações de crédito de mais de 400 milhões de dólares que foram fundamentais para a renegociação da dívida interna pública do Estado da Bahia, para repactuação da nossa dívida interna pública, para o alongamento da dívida interna pública, tendo em vista a necessidade de reduzir os

encargos, amortização e juros, para sobrar mais recursos para investimentos na área de educação, na área da saúde, da habitação e da assistência social.

O nosso governo faz um balanço positivo de um ano e meio de governo, diferentemente do que aqui anunciado, há pouco. As pesquisas realizadas pelo próprio governo do Estado da Bahia apontam uma aprovação entre ótimo, bom e regular de 67% em favor da avaliação positiva do Governo Jaques Wagner. O nosso governo está tomando importantes medidas, já, na segurança pública, como aquisição de mais de 200 viaturas, aquisição de armamentos, reaparelhamento técnico das delegacias da capital e do interior, a contratação de servidores policiais civis e militares.

O nosso governo, há pouco, com a presença do presidente da República, comemorou o fato de 171 mil baianos com mais de 15 anos de idade terem saído da escuridão do analfabetismo e se tornarem cidadãos com dignidade, com a marca reconhecida pelo Ministro da Educação como o Estado que mais avançou no combate ao analfabetismo. O nosso governo está recuperando todos os hospitais públicos do Estado da Bahia, ampliando o quadro de servidores, ampliando o número de ambulâncias, ampliando o número de programas e unidades de saúde da família. O nosso governo já construiu e recuperou quase 40 mil habitações populares.

São dados relativos a investimentos que estão sendo realizados no saneamento, na habitação, na educação, na saúde, na segurança pública que estão repercutindo positivamente numa avaliação que hoje já alcança 67% entre bom, ótimo e regular, positivo em favor do governo Jaques Wagner.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, afônico de tanto discurso pelo interior do Estado, é com satisfação que damos início a este novo semestre legislativo, com notícias alvissareiras, boas notícias, excelentes investimentos do nosso governo e que estão, cada vez mais, repercutindo positivamente no interior do Estado em favor do governo Jaques Wagner.

Um grande abraço, Sr. Presidente, e muito obrigado pela atenção no retorno a estas atividades legislativas.

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PCdoB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, falarei por 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Concedo a palavra ao nobre deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o deputado Waldenor Pereira não teve sequer a oportunidade de falar as coisas, todas as

coisas, todas as realizações do governo Jaques Wagner, porque na verdade são tantas as realizações, Sr. Presidente que, inevitavelmente, faltou voz suficiente ao deputado Waldenor Pereira.

Sr. Presidente, eu quero dar as boas-vindas a todos os deputados e deputadas após esse recesso, que é um momento intenso da presença, da atuação dos senhores deputados e deputadas em suas bases eleitorais, nas regiões deste Estado de dimensões continentais.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que entre tantas atividades de que participei, tive a oportunidade de participar de um seminário sobre direitos humanos na América Latina, que aconteceu na cidade de Paris. E lá, naturalmente, tive a oportunidade, meu Líder Waldenor Pereira, após participar de um amplo debate de direitos humanos na América Latina, com a comunidade européia, também com várias lideranças do movimento popular, de militantes do Parlamento brasileiro, mas não só, de toda a América Latina, tive a oportunidade de dar uma fugida à noite e assistir a um dos shows mais ricos culturalmente da cidade de Paris, um show de cabaré tradicional, conhecido como o Show do Lido. E isso me fez lembrar que, recentemente, ouvi um certo ex-governador de Estado dando uma entrevista, e esse ex-governador tinha descoberto uma série de problemas para os quais, à época em que ele governava, não conseguia encontrar solução e, agora, em um passe de mágica, descobria que os problemas existiam.

Imaginem qual a ligação que me fez pensar na França de novo e naquele show. Vários deputados e deputadas também andam dizendo por aí que existem problemas na Bahia. E, aí, foi inevitável, porque me lembrou a frase de um velho militante amigo meu, que chamava esses de virgens de cabaré.

Portanto, descobrir os problemas depois que se viveu a oportunidade, não só de percebê-los, enxergá-los, mas de resolvê-los, é uma demagogia que não cabe mais no governo na Bahia, porque hoje, na Bahia, a política efervescente, o Estado democrático republicano permite a ação também propositiva neste Parlamento, nos movimentos sociais, a partir dos Conselhos Democráticos e junto às secretarias de Estado, que estão de portas escancaradas para deputados e segmentos do movimento social.

Não foi diferente hoje, pela manhã, quando o governador Jaques Wagner, reunido com vários movimentos sociais, com a presença do presidente do INCRA nacional e regional, de várias lideranças de movimentos que lutam pela reforma agrária no nosso Estado receberam, mais uma vez, projetos habitacionais para a área de reforma agrária no Estado da Bahia.

Então, vejam que nos últimos 20 anos não foram capazes de realizar – e estou falando de política habitacional e assentamentos do Estado da Bahia –, de fazer o que este governo já fez em 1 ano e meio: aplicou mais de 40 milhões só para habitação em assentamentos de reforma agrária no Estado da Bahia.

Esta é só uma pequena demonstração de como o governador Jaques Wagner inverte prioridades e elege, verdadeiramente, aqueles que sempre foram esquecidos e abandonados pelos governadores recentes da Bahia. Agora, a história é outra.

É verdade que é gigantesca a expectativa em relação às demandas, às dívidas sociais herdadas pelo governador Jaques Wagner. É impossível mudar tudo em 1 ano e meio, mas já há sinais de uma transformação extraordinária.

Quando o governador fala em acelera Bahia... Só não vou comparar o governador Jaques Wagner a Felipe Massa, que tem desenvolvido um trabalho extraordinário na Fórmula 1, porque ontem ele, por 3 voltas, não venceu o grande prêmio. E o governador Jaques Wagner tem nadado de braçada, acelerando, verdadeiramente, a Bahia.

Não foi diferente na educação deste Estado, que tem a maior quantidade de analfabetos do Brasil. E estou falando de números absolutos. O governador elegeu o Topa como uma política importante para a educação, com a perspectiva de combater o analfabetismo. A meta era alfabetizar 100 mil, mas o governador não só a bateu como quase a dobrou, alcançando 170 mil alfabetizados.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Jesus Cristo dizia que “o pior cego é aquele que não quer enxergar”. Deputado Isaac, esse é o caso dos deputados da Oposição nesta Casa. Mas isso é normal, pois estamos vivendo um momento eleitoral.

E vou dar mais um exemplo: a saúde da Bahia. Deputado Isaac, tive a oportunidade, na semana passada, de visitar o Hospital Prado Valadares na Cidade de Jequié e percebi que os cidadãos e cidadãs de Jequié que pagam convênio particular vão começar a repensar essa atitude. Encontrei-me no hospital com o secretário Jorge Solla, com o governador Jaques Wagner, com vários secretários e secretárias e deputados e deputadas, inclusive com o deputado Leur Lomanto, que está aqui, que tem sido um grande guerreiro na defesa da cidade, assim como V.Ex^a, deputado Isaac. Tivemos a oportunidade de perceber o que o governador Jaques Wagner está construindo na Bahia: políticas de Estado. Não são mais meras políticas de governo, mesquinhas, pequenas, com data para começar e para terminar, não, agora são políticas de Estado.

Temos na Região do Recôncavo da Bahia um hospital que está em construção há muito tempo, há, simplesmente, 18 anos, deputado Álvaro Gomes. A construção vai completar, agora, a maioria. Todo ano eleitoral, os deputados e os, então, governadores erguiam mais uma parede, construíam mais um quarto, pintavam mais uma parede, e se perpetuava a construção.

O governador Jaques Wagner, numa ação simplista, foi lá e terminou o hospital. Isso já seria muito. Mas, em ação articulada com o governo federal, conseguiu criar a Universidade Federal do Recôncavo. E essa universidade terá aulas práticas de todos os cursos da área de saúde nesse hospital, portanto, transformando-o num Hospital Universitário.

Está em curso a discussão com vários gestores do Recôncavo baiano para se construir um consórcio para administrar, gerenciar o hospital, que, até o final do ano, será inaugurado.

O hospital é gigantesco, tem as proporções para ser um hospital regional. Sem dúvida, tantos e tantos enfermos que viriam lotar o Hospital Geral em Salvador não mais o farão. Já poderão ficar nesse hospital.

Além disso, uma central especial para tratamento de queimados foi inaugurada agora, na época do São João, na cidade de Cruz das Almas, que é muito bem administrada pelo prefeito Orlandinho, do PT.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, essas são políticas de estado, políticas que irão permanecer independente do governador que esteja aí. O governador Jaques Wagner, como aluno aplicado do maior presidente da história contemporânea deste País, Luiz Inácio Lula da Silva... Agora não podem mais chamar o presidente de analfabeto, sabem por quê, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores e senhoras das Galerias Paulo Jackson? Porque agora, se forem chamá-lo de alguma coisa, terão de chamá-lo de professor. Os intelectuais, a velha elite política e econômica deste País, nascida em berço de ouro, formada nas grandes universidades do mundo, agora tem que aprender a governar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele que tem sido capaz de fazer com que a economia brasileira cresça, seja respeitada no mundo inteiro. Não só isso. Está sendo capaz de inverter prioridades e garantir não só comida três vezes ao dia para os brasileiros e brasileiras, que era o sonho desse presidente, mas também educação superior, mas também energia, mas também água, mas também habitação.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, repito: “O pior cego é aquele que não quer enxergar.”. O governador Jaques Wagner continua pisando no acelerador e fazendo com que a Bahia cresça cada vez mais. É lamentável, Sr. Presidente, concludo, com a tolerância de V.Ex^a, que alguns deputados ainda subam a esta tribuna para falar do presidente Lula.

Dizem que os bancos estão tendo um crescimento, um lucro recorde. Talvez eles estejam com saudade do que foi criado pelo presidente Fernando Henrique, o Proer, dinheiro público para salvar a vida de banqueiro. Agora não mais. Banqueiro que se vire e que garanta o seu lucro, porque os atuais governos, federal e estadual, estão voltados para garantir direitos sociais.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino): - Para concluir, nobre deputado.

O Sr. YULO OITICICA:- Muito obrigado pela tolerância peculiar, a gentileza sempre presente de V.Ex^a quando preside as sessões.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino): - Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria, ou o representante do PMN, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes: - Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino): - Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES: - Sr. Presidente, estamos vivendo um momento muito rico de debate político e um momento muito especial que é exatamente o processo eleitoral no País inteiro. Esse processo é um momento privilegiado em que a população tem a oportunidade de escolher os seus projetos, tem a oportunidade de escolher as melhores alternativas para as suas cidades. Na realidade, estamos vivendo momentos de avanço democrático no País e no Estado da Bahia. A eleição e a reeleição do presidente Lula têm sido muito importantes para a nossa sociedade. É o resultado da administração séria do presidente Lula. Temos observado a redução das desigualdades sociais.

Vivemos também, aqui no Estado da Bahia, grandes avanços com a eleição do governador Wagner. Agora temos a oportunidade, nesse processo eleitoral, de discutir, de debater os projetos, as proposições. O nosso partido participa dessas eleições com um modesto número de candidatos a prefeito. Apenas 45 candidatos a prefeito, mas são candidatos competitivos em cidades importantes. Temos a candidatura do nosso companheiro Isaac, de Juazeiro, temos a candidatura do nosso companheiro Pedro Marcelino, que esteve hoje pela manhã em nosso gabinete discutindo projetos, proposições e estratégias de campanha. Temos candidaturas viáveis em 45 cidades do Estado da Bahia e nossa expectativa é de que o partido saia dessa eleição mais fortalecido neste Estado.

O nosso partido também cresce no Brasil. Em Belo Horizonte, a candidatura de Jô Moraes é a que está se consolidando cada vez mais, despontando com 20%, é a candidata do governo de Minas e do próprio prefeito, é uma aliança poderosa que conta apenas com 6% nas pesquisas. A perspectiva é de que em Minas Gerais o PC do B eleja uma prefeita mulher, Jô Moraes. Temos também candidaturas competitivas em grandes e importantes cidades do nosso País. A candidatura de Jandira Feghali, no Rio de Janeiro, também desponta com perspectiva de vencer essas eleições. Em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e mais dezenas de grandes cidades o nosso partido disputa essas eleições.

O nosso partido tem perspectiva de crescimento. Em São Paulo, temos o vice-prefeito Aldo Rebelo que é o candidato a vice-prefeito da chapa encabeçada por Marta Suplicy, do PT, portanto é candidatura favorita. Queremos dizer que esse processo eleitoral será muito rico no Brasil também no Estado da Bahia. O nosso partido desponta com um crescimento fantástico, mantendo os seus princípios fundamentais intactos desde a sua fundação, em 1922. O nosso partido passou por várias etapas da história do Brasil, marcando sempre essas etapas com muita luta, com muita combatividade e buscando a transformação, a construção de um projeto socialista.

As candidaturas que lançamos no Estado da Bahia são progressistas. Temos a perspectiva de eleger dezenas ou talvez centenas de candidatos, no caso aí do campo progressista, mais avançado, candidaturas comprometidas com os governos Wagner e Lula. Esse é um momento importante, e todos nós devemos nos posicionar. Temos a nossa posição concreta e os nossos projetos objetivos. Aqui temos também candidaturas viáveis em cidades pequenas e médias.

O Partido Comunista do Brasil enfrenta essa nova fase de crescimento, de ousadia, de audácia, mas sem perder a sua perspectiva revolucionária, os seus princípios. É um momento rico e é um momento que todos nós devemos participar. Em Salvador, sem dúvida alguma, teremos um avanço das forças progressistas, teremos aqui a eleição do nosso companheiro Pinheiro, encabeçando a chapa de Salvador com a nossa vice Lídice da Mata. E o nosso partido está junto nesse projeto em Salvador. O nosso partido está junto aos partidos progressistas em praticamente todas as cidades da Bahia apoiando, coligando com o que há de mais avançado no Estado da Bahia e lançando também as nossas candidaturas a vereador.

Este é um momento rico, vamos participar dele intensamente. Esperamos que após esse período eleitoral, tenhamos um avanço. Vamos dar, sem dúvida nenhuma, um salto de qualidade avançando rumo à construção de uma sociedade justa, igualitária, com trabalho e justiça social. Portanto, companheiros e companheiras, estamos aqui para dizer que este é o momento da participação, do envolvimento das forças progressistas.

Por outro lado, nós queremos aqui também ressaltar que a Assembléia Legislativa precisa ter o seu funcionamento normal, não pode ficar paralisada durante esse processo eleitoral. Reconhecemos o dinamismo desse momento conjuntural que vivemos, reconhecemos que é um momento muito rico, de muita movimentação; essa movimentação deve ser nas cidades, nos municípios, mas também precisa acontecer aqui no Plenário da Assembléia Legislativa.

As comissões precisam funcionar, e o Plenário da Assembléia Legislativa também; os projetos precisam ser apreciados aqui na Assembléia Legislativa para que a gente possa avançar. A Assembléia não pode, em hipótese nenhuma, ficar paralisada. Viemos de um recesso parlamentar de um mês e eu sempre defendi a tese de que o recesso não significa férias, mas apenas a ausência de sessões plenárias.

Eu particularmente estive visitando dezenas de cidades no interior e estive aqui na Assembléia Legislativa presente praticamente todos os dias, desempenhando as atividades normais de todo parlamentar, fazendo proposições, articulações, desempenhando o papel de parlamentar.

Viemos de um recesso durante o qual não houve sessões plenárias, e eu considero recesso a ausência dessas sessões e não férias. Mas neste momento em que estamos realizando as sessões plenárias temos que utilizar todo o potencial para que possamos aprovar os projetos.

Existem vários projetos para serem analisados e aprovados, entre os quais destaco mais uma vez o dos servidores do Judiciário, o plano de carreiras que deverá ser votado nesta ou na próxima semana, porque é preciso votá-lo para valorizar o funcionalismo e os funcionários da Justiça do nosso Estado. É preciso a valorização desse segmento para que a gente tenha uma Justiça cada vez mais ágil e eficiente, beneficiando a nossa população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, por todo o tempo falará o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Ubaldino):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, por dois momentos na tarde de hoje, no Pequeno Expediente e agora no momento que antecedeu a este, ouvi o deputado Álvaro Gomes falar de aprovação de projetos aqui nesta Casa. É um tema debatido exaustivamente, mas vamos tocar neste ponto de aprovação de projetos.

Recordo-me que fiz um pronunciamento quando da aprovação da reforma do Judiciário, que V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, foi o relator e fez um relatório de duzentas e tantas páginas, que critiquei naquela época, apresentado na hora da votação, e ninguém teve conhecimento nesta Casa do que nós estávamos aprovando. Eu assumi a tribuna e disse que ninguém era contra; a reforma do Judiciário era importantíssima, a estrutura era ultrapassada, mas tinha que ter discussão porque nós tivemos dezenas e dezenas de audiências públicas, e em todas elas – no Ministério Público, na OAB, na Amab – os segmentos organizados da sociedade, sobretudo os vinculados ao Judiciário, fizeram inúmeras críticas e apresentaram inúmeras sugestões. Mas, infelizmente, quando poderíamos ter uma reunião final para a elaboração do relatório que deveria ser aprovado por esta Casa, fomos surpreendidos por duzentas e tantas páginas, se não me falha a memória... Quantas foram?

O Sr. Heraldo Rocha:- Duzentas e oitenta.

O Sr. GABAN:- Muito obrigado, deputado Heraldo Rocha.

Não sei, sinceramente, deputado Álvaro Gomes, se V.Ex^a também teve tempo de ler todas essas 280 páginas. Talvez tenha lido nos últimos momentos, tendo em vista a urgência com que apresentou, ou talvez a sua assessoria tenha elaborado e o senhor leu aqui e tomou conhecimento.

Enfim, tomamos conhecimento naquele momento e não nos aprofundamos, na medida em que esta Casa foi apanhada de surpresa. Mas eu já alertava que da forma como estava o Tribunal de Justiça não precisaria mais da Assembléia; poderia, a partir daquele momento, fazer o que quisesse porque não precisaria mais ouvir este Poder. Só quando fosse para aumento de salário, fora isso, faria o que quisesse.

E agora ficamos surpresos quando, na última reunião do Pleno Tribunal de Justiça do nosso Estado, eles nos culpam porque não têm condições de votar muitos projetos no mesmo dia. Ora, esta Casa aprovou, praticamente por unanimidade, tudo o que foi pedido pelo TJ, até mesmo esse relatório apresentado por V.Ex^a. Fizemos críticas, mas todos nós aprovamos. Deputado Luiz de Deus, eu disse aqui, após uma breve leitura, que o Tribunal não precisaria mais dos deputados e que, se quisesse, voltaria aquela famigerada “câmara de gás”.

Esta Casa não pode se omitir, porque corria nos corredores do Tribunal de Justiça o que estava acontecendo nos bastidores daquela Câmara Especializada. Esta Assembléia é uma Casa política e sabia o que acontecia entre os advogados e os prefeitos; tínhamos conhecimentos das propostas que estavam chegando para que um prefeito não fosse condenado. A Casa toda sabe, os 63 deputados sabem, uma maioria esmagadora dos desembargadores do egrégio Tribunal de Justiça da Bahia...

É lógico que é uma matéria totalmente polêmica; gerou polêmica lá no mesmo dia. Eu até já solicitei, hoje, uma audiência com a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia para discutir abertamente o que estou falando aqui sobre o que corria nos corredores de todas as prefeituras e desta Casa a respeito do que acontecia nos bastidores.

Por isso que acabamos com a Câmara Especializada. Se não se consegue votar 10, 15 ou 20 projetos, não nos interessa. Que o Pleno não vote apenas nas sextas-feiras, mas também nas segundas, terças, quartas, quintas, sábados e domingos. Enfim, que esvazie o que estiver lá sobrecarregando, mas não pode voltar a ter aquela Câmara composta apenas por cinco desembargadores.

Por mais honestos que sejam os magistrados que venham a compor essa nova Câmara, esses casos não podem ser julgados apenas por cinco membros. E lembremos de que juízes, desembargadores, membros do Ministério Público, dos Tribunais de Contas – órgãos subalternos à Assembléia –, deputados estaduais e federais, governadores e senadores têm fórum privilegiado.

Deputado Álvaro Gomes – V.Ex^a é, sim, o responsável pelo que está acontecendo –, se tivéssemos debatido e implementado as emendas sugeridas pela OAB, pelo Ministério Público, pela Amab e por nós mesmos, enfim, se tivessem sido incluídas essas solicitações ou essas modificações, isso não estaria ocorrendo agora. Se não estivessem querendo a volta desse passado errado do Tribunal de Justiça com a criação dessa Câmara Especializada, eu não estaria agora discutindo esse assunto. Mas volto a discutir porque os prefeitos? Nós estamos cansados de ver que tem promotores que parecem vereadores, ficam fazendo denúncias uma atrás da outra. Tem até o próprio Tribunal de Contas. Falhou quando falou “os candidatos de ficha suja”. Muitos, nem motivo tinha, fizeram lista dos que tiveram as contas rejeitadas. Tribunal de Contas nenhum reprova conta, nem o do Estado nem o dos Municípios! Eles opinam. Quem reprova são as câmaras, da mesma maneira que quem aprova e reprova as contas dos governantes somos nós aqui da Assembléia. Mas falhou também esta Casa, ela falhou. Antes de botar projetos para discutir, eu que sempre defendi aprovação de projeto, temos de amadurecer. Os projetos têm que ser discutidos aqui nesta Casa, e não apresentados de última hora para votação sem sabermos o que estamos votando.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- Concedo um aparte ao deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Gaban, quero cumprimentá-lo pelo importante pronunciamento que faz e lembrar que eu estranhei a posição do tribunal. Recordamos que

votamos nesta Casa uma lei que as atribuições de julgar prefeitos cabiam ao Pleno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Portanto, me causa estranheza a informação de que vão alterar o Regimento Interno para permitir...

O Sr. GABAN:- Com data prevista para o dia 15 deste mês, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Não alterar o Regimento Interno daquela Corte para permitir que os prefeitos sejam julgados através de Câmaras Criminais. Ora, não sou jurista, mas não posso entender que uma lei aprovada nesta Casa possa vir a ser substituída pela alteração de um Regimento Interno.

Quero cumprimentar V.Ex^a por este pronunciamento e dizer que esta Casa precisa ficar atenta. Nós sabemos da seriedade com que a presidente do Tribunal de Justiça comanda aquela Corte, mas não queremos acreditar que uma decisão soberana desta Casa venha a ser modificada simplesmente com a alteração de um Regimento Interno. Portanto, quero parabenizar e cumprimentar V.Ex^a pela importância do seu discurso nesta tarde.

O Sr. GABAN:- Eu agradeço e incorporo ao meu pronunciamento as considerações feitas por V.Ex^a, deputado Paulo Azi.

Concluo, Sr. Presidente. Como informei no início desta fala, já solicitei audiência com a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, que sei estar imbuída dos melhores propósitos. Mas não podem cometer uma falha dessa natureza. Agora a falha maior, deputado Paulo Azi, é que temos de debater aqui na Casa: a de termos aprovado uma reforma do Judiciário que permite abusos dessa natureza, porque com a soberania que temos...

O único poder que temos aqui é o de legislar. Da forma como aprovamos aquele projeto de reforma do Judiciário abrimos mão do nosso poder de legislar e demos a competência, delegamos, assinamos uma procuração em branco, um cheque em branco, deputado Heraldo Rocha, para que o tribunal cometa, se isso for à frente, absurdos dessa natureza, quer dizer, ser modificado um projeto votado por esta Casa. Numa reunião se muda um Regimento Interno mudando totalmente o que esta Casa fez no seu direito legítimo de legislar. Ela estaria abrindo mão dele através, repito, de um projeto que não teve o relatório final discutido, apreciado e muito menos, Sr. Presidente Luiz de Deus, que agora preside esta sessão, conhecido pelos 63 parlamentares.

De última hora, 280 páginas chegando, uma leitura rápida, dinâmica! E a Casa, mais uma vez, deu a bênção. Vamos assinar novamente uma procuração em branco e abrindo mão do maior direito que o povo nos concedeu: o de legislar. E agora vamos ver no que dá. Concluindo, irei, após a reunião com a presidente do Tribunal de Justiça, votar e relatar para o encaminhamento que está sendo adotado por aquela importante Corte do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PRTB/PSC para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Capitão Tadeu falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre deputado Capitão Tadeu, pelo tempo de oito minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, funcionários desta Casa, povo baiano, no retorno do recesso, vendo as mudanças na área da Segurança Pública, com a imprensa a todo instante anunciando o aumento da violência na cidade, não poderia me calar. Por ser membro da base aliada ao governo, um estudioso em Segurança Pública, não poderia, neste momento me omitir, mas deixar claro para o povo baiano, para os meus eleitores, os meus colegas, que a situação da Segurança Pública está muito ruim e que até agora o governo não adotou nenhuma medida que venha nos trazer um alento num futuro próximo.

Quero deixar claro isto na condição de aliado, de amigo: as medidas adotadas pelo governo até então não vão trazer nenhum retorno positivo à segurança da sociedade. Estou fazendo essa declaração de público para ficar registrado, na história da Bahia, que o Capitão Tadeu não se omitiu. O Capitão Tadeu está querendo colaborar. O que estou dizendo, de forma muito clara, é que nenhuma medida adotada até agora pelo governo vai nos trazer um alento num futuro próximo.

E mais: de quaisquer medidas que o governo adote na área de políticas públicas ou em qualquer outra área, notadamente na de Segurança Pública, os efeitos só serão colhidos três, quatro anos depois. Neste momento, não há o anúncio de nenhuma medida a ser adotada pelo governo com eficácia. Se hoje não há, nem daqui a três, quatro anos vamos ter retorno disso. A tendência é só piorar, é, cada vez mais, o tecido policial se deteriorar. E vamos chegar ao ponto de perder o controle da situação como ocorreu no Rio de Janeiro. Digo isso como sinal de alerta, como amigo, como colaborador que sou. Não estou aqui para agourar ou desejar o mal; pelo contrário, quero corrigir os rumos, porque, como está, não vejo nada promissor no futuro da Segurança Pública na Bahia.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Pois não, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Capitão Tadeu, a Bahia e este Parlamento assistem, desde o início deste mandato, à posição de V. Ex^a. Acho que o fato de V. Ex^a ser aliado do governo não significa ser omissor, e V.Ex^a nunca o foi. O que não pode é a pessoa ser aliada e esconder a grave situação que atravessamos.

Tenho visitado os bairros de Salvador em companhia do futuro prefeito ACM Neto e tenho visto que o primeiro pedido que nos têm feito é o seguinte: “Deputado, cuide da segurança, pois nós não estamos podendo sair de de casa”. E agora, mais do que nunca,

a população baiana, não só da capital mas também da Região Metropolitana, virou refém de bandidos.

Eu, que sou um pequeno especialista no assunto pela breve passagem que tive na Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, estarei assistindo a uma palestra sobre Segurança Pública, depois de amanhã – para a qual convido V.Ex^a -, do subsecretário da Colômbia, que virá a convite do Instituto de Liberdade e Cidadania do nosso partido, tão bem presidido pelo deputado Aleluia, porque não temos uma política de Segurança Pública no Estado da Bahia.

Não é o fato, com todo o respeito que tenho ao coronel Santana, ao atual comandante da PM, ao atual secretário da Segurança, de mudar secretário que resolverá o problema das chacinas, do narcotráfico, dos homicídios, da violência e da criminalidade no nosso Estado.

Portanto, V. Ex^a nunca foi omissos. Agora, V.Ex^a é da base aliada, e isso implica que emita sua opinião.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sei que posso incomodar a algumas pessoas com o meu pronunciamento, mas, como disse, tenho a minha consciência, não posso me omitir em alertar sobre a falta de medidas eficazes para a segurança pública. Nenhuma das medidas adotadas vai surtir efeito que nós merecemos, que a sociedade merece, que nós desejamos.

Tenha certeza que vou procurar o futuro comandante-geral, que toma posse na quarta-feira, e vou ter com ele um entendimento muito bom, vou colaborar com projetos e idéias, mas não vou-me calar diante daquilo que vejo: que estamos indo pelo caminho errado na área da segurança pública.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Concedo o aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Capitão Tadeu, sou testemunha de sua atuação na Comissão da qual sou vice-presidente, a Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos. V.Ex^a sempre procurou dar sugestões, e muitas das vezes foi mal-entendido, até porque é oriundo da Polícia Militar.

Eu usei também o Pequeno Expediente de hoje para falar sobre esse tema. No Dia da Paz, que estava sendo patrocinado pela Arquidiocese de Salvador, fui convidado a dar uma entrevista na Rádio Excelsior, e, numa infeliz coincidência, falei sobre esse tema. Até elogiei a liderança do coronel Santana pelo trabalho que estava fazendo, até para não alertar e apavorar mais a população, porque a questão de segurança não é partidária, é apartidária, pois significa a segurança de nós todos, das nossas mulheres, dos nossos filhos. Procurei minimizar o problema, já que era o Dia da Paz, e pelo trabalho que o coronel estava fazendo.

No final da tarde, alguém da Rádio me disse: “Deputado, o senhor fez um pronunciamento aqui, tentando ajudar, para não aumentar a preocupação e o coronel foi exonerado!”

E colocaram, daí a minha preocupação – V.Ex^a conhece muito mais do que eu. Comecei aprender um pouquinho sobre segurança com V.Ex^a –, uma pessoa operacional para ser o comandante. O comandante tem que ser o líder, uma pessoa que consegue relacionar-se com todos os comandados. Um operacional, não sei?! Acho que a função dele talvez pudesse ser outra, não a de comandante-geral.

Agradeço o aparte, e parabenizo sempre as colocações muito sensatas que V.Ex^a tem feito, não só nesta tribuna, mas também na Comissão.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Agradeço, deputado Gaban.

E gostaria de dizer que este meu pronunciamento aqui visa colaborar com o governo. Não sou, nunca fui e não serei deputado de ficar nesta Casa cumprindo ordens. O papel do deputado não é cumprir ordens. O papel do deputado é discutir, debater e apresentar propostas, e isso eu não vou deixar de fazer nunca.

A minha consciência impõe que, neste momento, eu alerte à sociedade e ao governo que os rumos que a segurança pública está tomando estão equivocados, estão errados. Falta serem adotadas medidas importantes.

Lembro que subi a esta tribuna com 3 meses de governo para alertar que não existia um projeto de segurança pública. Fui condenado, fui criticado. Hoje, 1 ano e 7 meses depois, volto a dizer: o governo continua sem um projeto de segurança pública que nos leve ao caminho da tranquilidade e paz social. Faço isso como amigo e colaborador. Quero colaborar, mas não vou colaborar apenas com amém nesta Casa.

Lembro-me do meu passado de Oposição, quando criticávamos as coisas que entendíamos que eram erradas. Não será neste momento que vou mudar minha posição. Continuarei sendo coerente, criticando aquilo que entendo que é errado. E na segurança pública as coisas não estão corretas, o caminho não é esse.

Tenho avisado, tenho procurado apresentar propostas, sugestões, e espero que possamos, mais tarde, mudar esse caminho, porque a sociedade merece.

Muito obrigado, senhores.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PR/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, considero importante a questão que o deputado Gaban levantou aqui, e respeito a opinião dele, mas gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre a Lei de Organização Judiciária. Esse projeto de lei tramitou aqui na

legislatura passada e não foi possível a sua votação. Muita polêmica, muitos problemas, por isso não foi possível aprová-lo. Ele foi remetido para cá no início de 2007, e no final do ano foi votado. Tramitou na Assembléia Legislativa durante aproximadamente 7 meses, quando houve várias audiências públicas, discussões e debates envolvendo os diversos segmentos: funcionários da Justiça, OAB, Ministério Público, etc.

Por acordo de Lideranças, o prazo para a apresentação de emendas a esse projeto foi prorrogado diversas vezes. Foi um período de quase 7 meses, no qual os parlamentares apresentaram 369 emendas. Não estou aqui com o número exato, precisaria fazer uma revisão, mas seguramente mais de 50 deputados apresentaram emendas. E isso pressupõe o conhecimento do projeto, porque nenhum parlamentar vai apresentar uma emenda sem ler e conhecer minimamente a matéria.

Dessas 369 emendas apresentadas, 149 foram acatadas e 20 consideradas prejudicadas porque eram repetitivas. Mas, mesmo com todo esse processo de debate tão intenso, mesmo após todas essas emendas, ainda restaram algumas lacunas. Por isso fui procurado posteriormente pelos parlamentares e tive a oportunidade, na qualidade de relator, de apresentar 53 emendas de relator.

Eu, particularmente, estudei muito esse projeto...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

(...) Não sou advogado, mas estudei muito essa matéria e as emendas. A que prevê, deputado Gaban, que o julgamento dos prefeitos seja feito pelo Pleno foi apresentada por mim na qualidade de relator. Além dessa, várias outras foram apresentadas visando aperfeiçoar o projeto.

Ao todo, repito, foram apresentadas 369 emendas, sendo que 149 foram acatadas e 20 consideradas prejudicadas. Além dessas acatadas, ainda elaborei mais 53, todas elas fruto de opiniões do Ministério Público, da Amab, de advogados, parlamentares, etc. Lembro de que nos últimos dias realizei uma discussão importante com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, o Ministério Público, no sentido de acatar as emendas apresentadas por eles, e todos esses segmentos foram contemplados na medida do possível.

Sempre coloquei que o esforço que estou fazendo não é para aprovar um projeto que contenha apenas a minha opinião, mas que seja o reflexo da opinião de todos os parlamentares. Esse é o esforço.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O projeto foi aprovado em regime de urgência, a responsabilidade para aprovar o regime de urgência não foi minha, não tenho esse poder. Esse regime de urgência foi aprovado unanimemente pelas Bancadas de Oposição e de Situação. Sendo um projeto aprovado em regime de urgência, inclusive não é novidade, pois já aprovamos dezenas de projetos em regime de urgência, em tese, o relatório é oral,

não é publicado, porque o regime de urgência pressupõe o relatório oral. É claro que ele é elaborado, discutido, analisado e, durante esses 7 meses, foi o que fizemos aqui.

Concedo um aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Álvaro Gomes, agradeço pelo aparte.

Ao que V.Ex^a coloca nesta tribuna agora à tarde eu não poderia fazer qualquer ressalva. Inclusive, várias vezes o elogiei, porque nunca tinha visto um projeto tão debatido em tantas audiências públicas como esse foi nesta Casa. Acho que eu e V.Ex^a fomos os únicos deputados que participaram de todas.

O questionamento que faço é que o relatório final foi feito sem o conhecimento de ninguém. Quando assumi esta tribuna e disse que isso poderia acontecer, V.Ex^a deu a garantia e disse: Deputado Gaban, não se preocupe, porque tenho a emenda que proíbe que através de Regimento, ou de qualquer forma, eles venham a voltar para a Câmara Especializada.

Nesse sentido, deputado Álvaro Gomes, logo que a presidenta do Tribunal de Justiça confirme a audiência, gostaria que V.Ex^a me acompanhasse, porque V.Ex^a, melhor que ninguém, sabe. Falei com o presidente da Casa brevemente, ele estava ao meu lado neste instante, que disse que não acredita que isso vá ocorrer. Isso foi aprovado pela Assembléia Legislativa.

E é esse posicionamento que tem que ser. Não é o posicionamento do deputado Gaban, que foi o autor daquela emenda alguns anos antes e que tinha acabado com a famigerada Câmara Especializada. É a autonomia da Assembléia Legislativa que está em jogo, porque aprovamos que um Regimento Interno não pode ser maior do que o nosso poder maior de legislar.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Como o tempo terminou, encerro o meu pronunciamento, mas retornarei daqui a pouco.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo, a fim de continuar o debate sobre a Lei de Organização Judiciária.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por mais 9 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Então, nobre deputado Gaban, o problema não está na lei, o problema não está, como V.Ex^a entendeu, em que seria um cheque em branco para o Tribunal de Justiça. Isso não houve. Isso não houve. Não demos um cheque em branco para o Tribunal de justiça. Nós aprovamos um lei, que prevê que a votação, a discussão da

cassação de prefeitos se dará pelo Pleno do Tribunal. Essa é a lei, que foi aprovada. Então, não passamos aqui um cheque em branco. Aprovamos a lei com esse conteúdo, inclusive emenda que apresentei por sugestão dos colegas parlamentares, e foi aprovada e sancionada dessa forma. Essa é a lei.

Agora, o desdobramento dessa lei, o cumprimento ou não dela, o entendimento ou não dela, é outra questão, é outro departamento. Mas, em nenhum momento, demos um cheque em branco para o Tribunal.

V.Ex^a quer mais um aparte?

O Sr. Gaban:- Agradeço-lhe mais uma vez, deputado Álvaro Gomes.

Este é efetivamente um enfoque. Não pode uma lei aprovada por esta Casa Legislativa, V.Ex^a foi o autor do relatório, foi o autor, como V.Ex^a está colocando mais uma vez, da emenda que proibiria, digamos assim, de votar a Câmara Especializada, e foi discutido isso na última reunião no Tribunal de Justiça.

É lógico que houve lá posicionamentos favoráveis e desfavoráveis, mas o que está em jogo neste momento é este ponto que a gente deve focar. Eu gostaria de fazer uma comissão suprapartidária, ficaria muito satisfeito com isso. Vou até sugerir isso ao presidente Marcelo Nilo, que também ficou surpreso, ele estava viajando, parece que não tinha conhecimento dessa discussão que houve no Tribunal de Justiça. O que aprovamos aqui foi o que V.Ex^a falou. Então, não acredito que uma lei aprovada, sancionada pelo governador do Estado, possa ser modificada por um simples Regimento Interno.

Essas são as minhas considerações finais sobre esse assunto, repito, vou sugerir ao presidente da Casa que faça uma comissão suprapartidária, e V.Ex^a, sem dúvida alguma, é uma peça fundamental para essa reunião.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero dizer a todos que a lei foi aprovada nesses termos. E o julgamento se dará no Pleno, essa é a lei. O desdobramento dessa lei, o entendimento do Judiciário, aí não compete a nós. Se o Judiciário faz lá o Regimento Interno,

é o Judiciário que está fazendo, não fomos nós que demos o cheque em branco. Quero deixar isso claro. Se o Tribunal entende que essa proposição é inconstitucional, aí é o entendimento do Tribunal, e o Supremo, as instâncias jurídicas irão julgar se é ou se não é. Agora, o nosso papel aqui cumprimos tranquilamente.

Evidentemente, aqui, no dia em que apresentei o relatório, procurei resumir ao máximo as 130 páginas, não li o relatório todo devido ao cansaço, à estafa naquele momento, mas a parte que li foi na íntegra. Houve até sugestão de que eu pudesse saltar as páginas, mas achei que não deveria fazer isso. A parte que li foi na íntegra, sem faltar uma palavra.

Então, quero deixar claro que, no momento da leitura, achei que deveria ler o relatório todo. Se demorassem uma, duas ou três horas, como foi em regime de urgência, o conteúdo desse relatório, que era o das emendas, das sugestões, deveria ser lido, porque era

mais uma oportunidade para os parlamentares aprovarem ou não. Por isso fiz questão de ler palavra por palavra, apesar do cansaço, da estafa, a voz já não saía mais. Mas fiz questão de ler, a parte que peguei para ler li toda. No momento que chegou o cansaço tive que passar para outros colegas para me ajudarem na leitura.

Acredito que esse projeto significou um avanço. Se essa lei será cumprida ou não, executada ou se não, aí é outra história. Se alguns artigos dessa lei serão questionados pelas instâncias jurídicas competentes ou não, é outra história. Acredito que cumprimos o nosso papel. Esse projeto teve a participação, teve esse debate, o regime de urgência não foi, digamos assim, uma determinação pessoal, mas o consenso dos 63 deputados desta Casa. Os deputados tiveram a oportunidade de votar favoravelmente ou contrariamente a esse projeto após a leitura do relatório, mas todos entenderam que deveriam aprovar e foi aprovado por unanimidade, e eu considero um projeto bastante avançado. É um projeto que faz profundas alterações no Judiciário do Estado da Bahia, tendo em vista que a última Lei de Organização Judiciária datada de 1979, encontrando-se, assim, bastante defasada.

Nós observamos entre as mudanças o crescimento do número de varas em Salvador, que pulou de 171 para 304; o aumento do número de desembargadores que pulou de de 47 para 53; o aumento do número de juízes de 663 para 1137. Algumas inovações foram feitas, muitas delas emendas do relator, como no caso específico das varas de Violência Doméstica e Familiar. Minha proposta, como relator na época, era a de que fosse criada uma Vara de Violência Doméstica e Familiar para todas as cidades com população acima de 200 mil. Foi uma intensa luta. Inicialmente o consenso era que fosse apresentada apenas uma vara. Depois, nós avançamos e conseguimos três. Devemos agora, numa adaptação, num ajuste, ter um novo projeto aumentando o número de varas de Violência Doméstica Familiar, o que mostra que a nossa reivindicação, a reivindicação das mulheres estava correta, o que é agora reconhecido por todos. Deveremos ter aqui um novo projeto aumentando essas varas de Violência Doméstica e Familiar.

Tivemos também o aumento de Varas do Júri, não apenas o aumento, mas, também, a criação do chamado juiz sumariante. Aí, teremos triplicado o número de juízes nesse novo projeto de lei de Organização Judiciária, o que foi um grande avanço para todos nós. Houve um aumento de dois para seis juízes, ou seja, temos três Varas de Júri, e, portanto, triplicou o número de juízes, conseqüentemente, triplicando a capacidade de julgamento.

Retornarei para complementar que o tempo acabou.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Não havendo orador, com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu complementarei as informações da Lei de Organização Judiciária.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Eu estava falando aqui que recentemente saiu uma reportagem sobre o aumento desenfreado do número de homicídios e a dificuldade para julgamento desses crimes. Pois bem, preocupado com essa questão, na Lei de Organização Judiciária temos um aumento considerável da capacidade de julgamento desses crimes. Vai-se triplicar a capacidade de julgamento desses crimes por essa lei, porque tínhamos dois juízes e teremos agora seis – três varas, sendo três juízes mais três juízes sumariantes, portanto, triplicando a capacidade de julgamento desses crimes, o que considero bastante importante.

Temos mais: a descentralização da Justiça. Temos uma cidade grande, desigual e concentradas no Fórum Rui Barbosa todas as Varas e toda a Justiça. E, pelo novo Projeto de Lei de Organização Judiciária, são criadas condições para criação dos distritos judiciários. O que significa isso? Significa dizer que a população de Cajazeiras, do Subúrbio, sendo posta em prática essa lei, não precisará se deslocar para que os seus processos sejam discutidos, julgados. Portanto, essa descentralização é fundamental, principalmente para a população carente, pobre.

Um outro problema que também enfrentamos e que a Lei de Organização Judiciária buscou resolver foi, exatamente, a criação das Câmaras Regionais do Tribunal de Justiça. Então temos as Câmaras concentradas em Salvador e temos um Estado grande, uma população numerosa, e tudo é concentrado em Salvador. Com a possibilidade de criação dessas Câmaras Regionais, teremos nas diversas regiões do nosso Estado o julgamento dos processos, sem que os interessados necessitem vir a Salvador, e isso tem uma importância muito grande para a população do estado da Bahia.

Temos mais: prevê essa lei, aprovada aqui e sancionada pelo governador Wagner, a criação das Comissões de Conciliação. Isso significa dizer que, pela nova Lei de Organização Judiciária não ficará nem sequer um município sem ter a assistência judiciária, a presença da Justiça. Evidentemente, essas Comissões de Conciliação, como o próprio nome diz, não têm o poder de decisão, mas, sem dúvida nenhuma, atenderão às populações carentes das cidades onde não há um juiz ou a presença do Tribunal de Justiça. Essas comissões terão por objetivo resolver pequenas questões e agilizar todos os processos, melhorando o atendimento judiciário, principalmente para a população de baixa renda.

Foram apresentadas várias emendas, foram expostas várias outras questões, a exemplo do desmembramento das Varas de Acidentes de Trabalho das de Registro Público, porque o que ocorria é que aquelas estavam juntas com estas, e isso fazia com que as

questões relativas a acidentes de trabalho fossem postas em segundo plano. Com o referido desmembramento e as Varas de Acidente de Trabalho exclusivas, haverá a oportunidade de os acidentes de trabalho serem julgados, o que significa que tivemos um avanço muito grande com essa nova Lei de Organização Judiciária.

Por que tivemos um avanço muito grande? Porque ela tem alguns pressupostos que foram assegurados. Pressuposto 1: acessibilidade. A Lei de Organização Judiciária sendo implementada tornará a Justiça da Bahia muito mais acessível à população, principalmente a de baixa renda. Ela mantém o pressuposto da transparência porque o trabalho da Justiça terá de ser mostrado para a população. Isso prevê a LOJ. Ela atende o pressuposto da agilidade e da eficiência na medida em que aumenta o número de juízes e desembargadores, pega questões fundamentais que a população tem necessidade e inclui comissões de conciliação, descentralização da Justiça, aumento das Varas e da capacidade de julgamento dos crimes.

Portanto, esta Lei de Organização Judiciária tem um grande avanço. E os parlamentares concordaram, participaram, apresentaram 369 emendas, leram o projeto de lei que tramitou aqui durante sete meses, porque não creio que um parlamentar apresente uma proposta sem ler o projeto. Não tem lógica. Para apresentar uma emenda tem de ler o projeto, naturalmente.

A apresentação de 53 emendas de relator demonstra o aspecto democrático porque, mesmo passando sete meses e 369 emendas sendo apresentadas, acolhidas 149 e 20 prejudicadas, ainda assim, depois de terminado esse prazo, o relator apresentou mais 53, fruto de sugestões dos diversos segmentos. Os parlamentares ainda teriam oportunidade de não aprovar o regime de urgência e não votar o projeto. Portanto, considero um grande avanço para a Assembléia Legislativa, para o Estado da Bahia e para a população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por cinco minutos o deputado Gildásio Penedo Filho. E o deputado João Carlos Bacelar por quatro.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias, fiz no início da sessão um apelo à Bancada do governo no sentido de que nós, enquanto Parlamento na sua totalidade, não condicionemos as nossas atividades nem fiquemos a reboque, deputada Maria Luiza, do processo eleitoral. Seria de fato lamentável se a Casa... Isto chegou a ser de certa forma, não sei se houve uma distorção de palavras, colocado pela Liderança do governo: querer condicionar a votação de projetos a cada 15 dias e conseqüentemente poder ou tentar esvaziar o Poder Legislativo.

Entendo que temos de ter um esforço grande, deputado Waldenor Pereira, e a Bancada da Oposição tem ajudado naquilo que é possível, inclusive votando favoravelmente a alguns projetos oriundos do governo, até porque não nos cabe neste momento senão uma posição responsável em relação aos projetos oriundos desta Casa. Mas seria muito lamentável se a Casa condicionasse... Há uma sensação quase generalizada na maioria dos municípios, deputada Maria Luiza, com exceção de alguns, de um certo esfriamento em relação ao processo eleitoral. A população ainda não se viu motivada ao ponto de realizar quase diariamente movimentações políticas .

Por onde ando, de modo especial na região Nordeste, as concentrações e os eventos políticos geralmente ocorrem nos finais de semana; então, não há por que querer condicionar a Casa a essas votações, o que seria de fato muito lamentável, deputado Gilberto Brito. Pelo menos, é esse o nosso desejo, a Oposição já se manifestou publicamente e não vai aceitar nenhum tipo de acordo no intuito de diminuir o papel do Legislativo neste momento. Entendemos que esta Casa acaba sendo um palco de ressonância das discussões que serão travadas nos municípios e nas eleições que se avizinham.

É esse o nosso desejo e a nossa vontade, deputado João Carlos Bacelar, diante do agravamento, principalmente, das áreas sociais do nosso Estado... E o prefeito João Henrique já disse isso. Eu acompanhei recentemente algumas movimentações políticas, e o prefeito João Henrique colocou isso com a sua propriedade de gestor, de estar vendo o agravamento da questão da segurança pública no Estado e dizer publicamente que, embora a competência seja do Estado, a situação da violência é muito grave, principalmente na Região Metropolitana.

O governo, que já mudou as peças desse enredo, Sargento Isidório, V. Ex^a, que conhece de perto a realidade da Segurança Pública em nosso Estado, sabe do agravamento da situação. Já se mudou secretário da Segurança Pública, delegado-chefe da Polícia Civil e agora se muda o comandante da Polícia Militar. Desejamos nós, da Oposição, êxito e sucesso ao novo comandante, mas o que o governador precisa ter, e aqui já foi dito pelo deputado Paulo Azi, é o reconhecimento de que não adianta mudar os personagens se não mudar o enredo, deputado Heraldo Rocha. Nós estamos vendo aí uma situação dura, cada final de semana as manchetes dos jornais são tomadas pelo crescente aumento de chacinas em nossa cidade. E tivemos, recentemente, aquilo que já denunciávamos, deputado Ivo de Assis. O governador, e aí o PT tem muito dessa propriedade, tenta, às vezes, diluir a sua responsabilidade, trazendo dados que nem sempre são verdadeiros. O governador, deputado Ivo de Assis, em alguns momentos, chegou a colocar, deputado Gilberto Brito, V. Ex^a, que é um homem também ligado a essa área, que o aumento da criminalidade era uma tendência nacional, era uma consequência do aumento da violência em nosso País. Não é verdade! Nós já tínhamos diminuído isso, deputado Heraldo Rocha, e, recentemente, uma publicação no jornal Correio da Bahia de um estudioso da Unifacs mostrava que a Bahia vai na contramão enquanto outros Estados tem tido uma redução da criminalidade. A Bahia infelizmente vai na contramão , aumentando o número de homicídios principalmente. São

Paulo, Pernambuco, Goiás, Sergipe, o Distrito Federal, todos diminuíram. Vou trazer os dados para V. Ex^a, deputado Gilberto Brito. Só Pernambuco, são 6,8% a menos, deputado.

Portanto, nós desejamos sucesso ao novo comandante, mas o que realmente tem que mudar é a priorização da área da segurança pública. Passaram mais de 18 meses para comparar uma viatura, quiseram fazer agora e deram a mesma dimensão. 150 viaturas para a Polícia Militar e 127 para o Fisco.

O que a gente espera e deseja, do fundo do coração, é que o novo comandante possa, de fato, melhorar muito, mas é preciso que o enredo dessa novela triste que tem sido o aumento da criminalidade no Estado possa mudar. E quem tem que mudar é o governador Jaques Wagner fazendo segurança pública como prioridade, deputado Álvaro Gomes, porque senão V. Ex^a vai estar, como estávamos hoje, na Av. Centenário, às 9 horas da manhã, e o tiro comendo no centro. E tem sido essa regra nessa região, principalmente depois que o governador Jaques Wagner tomou posse.

Muito obrigado, Sr. .

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 4 min.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza, Srs. Deputados, infelizmente, a apatia do governo Wagner transfere-se para esta Casa. A apatia, a incapacidade do governo Wagner se reflete nesta Casa. A Bancada do Governo não vem para os debates. A Bancada do Governo não cumpre com a sua obrigação no momento gravíssimo que a Bahia vive com os altos índices de violência. A situação administrativa do Estado que era decorrente da falta de um projeto político, que era decorrente da apatia do governo para a função administrativa, torna-se neste momento uma situação de total irresponsabilidade pública.

Está aí, deputado Heraldo Rocha, o caso dos contêineres. O Estado dispendeu vultosas somas de recursos para a aquisição desses contêineres e os contêineres que também são conhecidos como as caixas de fundo falso, porque pelo fundo desses contêineres diversos detentos escaparam, estão lá abandonados numa área próxima à Penitenciária Lemos de Brito.

O deputado Gildásio Penedo, competente Líder da Oposição, parece que leu um versículo da Bíblia que diz que a resposta branda contém o furor da tréplica. E foi aqui educado ao dizer que é preciso trocar o enredo. Na verdade, precisa trocar de governador, precisa-se trocar é o diretor da peça que tem se mostrado incompetente, que tem se mostrado preguiçoso para cuidar das coisas que dizem respeito à segurança pública.

Encontrou uma situação sob controle e no seu primeiro ano de governo já tinha desmantelado todo o aparato de segurança. Troca o secretário, troca o chefe da Polícia Civil troca o comandante da Polícia Militar, mas isso vai dar em nada, porque o governador não

tem o apetite para as tarefas administrativas. O governador não despacha com os secretários, ou porque chega muito tarde na governadoria, ou porque realmente só interessa ao governador a miudeza da política, as atividades menores da política, a cooptação desenfreada e o bate-papo palaciano.

A Bahia vive um momento difícil e esta Casa abdica do seu papel. Esta Casa está abdicando do seu papel, porque a Bancada do Governo por orientação, que é grave, da liderança, segundo os jornais dizem, só quer vir à Casa de 15 em 15 dias. Sr. Líder, em todos os jornais...

O Sr. Waldenor Pereira:- De 15 em 15 dias para votar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) então, vou deixar para tratar este assunto... Mas todos os jornais da cidade, Sr. Líder, trazem declarações de V.Ex^a, então, retificando, que a orientação da Liderança é que a votação se dê de 15 em 15 dias. Menos mal, a votação deveria ser sempre, todos os dias e quando necessário, mas um governo que não manda projetos para esta Casa, pode ser até mais do que de 15 em 15 dias. Mas, talvez, Líder, essas declarações de V.Ex^a tenham contaminado a Bancada, porque aqui no primeiro dia de sessão, após o recesso do mês de julho, encontramos o Plenário totalmente vazio.

Espero que a marca do governo Wagner, da inoperância, da inatividade não seja colada à imagem desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 09 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, pediria a V.Ex^a uma verificação de *quórum* para continuidade da presente sessão.

O Sr. Gildásio Penedo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- V.Ex^a será atendido.

Com a palavra o Líder do Democrata e Líder da Minoria.

O Sr. Gildásio Penedo:- Sr. Presidente, o deputado João Carlos Bacelar acabou de fazer um pronunciamento cobrando da Casa, principalmente da Bancada do Governo, bom senso em relação ao Poder Legislativo baiano.

As declarações do deputado Waldenor, e aí por questão de justiça, pelo menos aquelas que foram colocadas na imprensa, davam conta de querer fazer as votações somente a cada 15 dias, e sobre isto a oposição discorda, porque acho que quando se coloca para votação, evidentemente que acaba esvaziando, até porque a gente sabe que a tendência da Casa, principalmente os deputados, tem sido assim a praxe e a regra, e de forma muito mais massificada neste governo – o governo só concentra os esforços no dia da votação.

Ora, se só se vota a cada 15 dias não vai haver sessão, já que praticamente há o esvaziamento, e aí nós sabemos que a grande maioria dos deputados é do Governo e, portanto, nós esperamos que o bom senso deve prevalecer.

Aqui não se trata, neste momento, de discurso da Oposição ou de Governo, trata-se de preservarmos a imagem do Legislativo que precisa manter-se ativo, independente, correspondendo às expectativas da população baiana, sendo a caixa de ressonância dos graves problemas que estão sendo colocados com muita ênfase por tantos parlamentares, principalmente na área de segurança pública. Então, seria muito ruim, acabaria arranhando a imagem do Poder Legislativo se nós ficássemos, de fato, condicionados ou a reboque do processo eleitoral.

Tenho dito que o processo eleitoral existe, é legítimo, é democrático, e talvez a maior contribuição que o Poder Legislativo possa dar à democracia é estando aqui ativo, participando diariamente das discussões, inclusive trazendo as discussões municipais para o Poder Legislativo Estadual, sendo aqui a caixa de ressonância dos interesses, dos conflitos, das diferenças políticas partidárias comuns e pertinentes ao processo democrático neste momento.

Portanto, a Bancada de Oposição já se colocou quanto a isso de forma muito clara: não vai participar de nenhum tipo de acordo no sentido de evitar que a Casa funcione diariamente. Nós estamos aqui, mesmo com os revezamentos naturais de cada parlamentar, as campanhas geralmente, os movimentos políticos só ocorrem nos finais de semana, portanto, não há nenhum tipo de empecilho que possa justificar a Casa o seu funcionamento pleno.

Portanto, tenho certeza de que o deputado Waldenor haverá de conversar com os líderes de seus partidos, seu bloco, porque é importante que a Casa se mantenha ativa, e que nem esse processo eleitoral venha arranhar a imagem do Poder Legislativo, que não fiquemos a reboque do processo eleitoral. Portanto, é esse o apelo.

Agora, o deputado Álvaro Gomes, mesmo com os apelos do deputado João Carlos Bacelar e os apelos que fizemos, tenta derrubar a sessão, já pedindo uma verificação de *quórum* de continuidade da sessão.

Portanto, é essa a nossa disposição, é esse o desejo, é essa a nossa manifestação, e quero pedir ao deputado Álvaro Gomes : – deputado Álvaro, se o Governo não tem deputados para falar, eu gostaria de falar. Esse governo republicano, tenho certeza de que V.Ex^a não vai se indispor de podermos utilizar um tempo aí de algum partido que componha o bloco do Governo. Deputado Heraldo Rocha também gostaria de falar. Portanto, se é por falta de deputados que queiram falar, colocamo-nos à disposição.

Caso V.Ex^a não re faça a sua questão de ordem, peço-lhe, Sr. Presidente: convoque, primeiro que re faça a composição, é importante que V.Ex^a convoque aí também um deputado da base do Governo, que se re faça o cálculo da composição da mesa, V.Ex^a acione as campanhas, convoque os parlamentares, pois nós estamos no primeiro dia de reabertura dos trabalhos, e é importante que a Casa tenha conhecimento e que façamos um

esforço conjunto, unânime, suprapartidário, de preservarmos a independência e a autonomia do Poder Legislativo e para que a Casa não fique a reboque do processo eleitoral.

É esse o apelo que faço, que V.Ex^a acione as campanhas e convoque todos os parlamentares, dos mais amplos e variados matizes políticos do Parlamento, porque o que está em jogo neste momento é o papel importante desta Casa, é a imagem do Poder Legislativo, que não poderá ficar arranhada com esse enfraquecimento ou esse sinal de dependência plena do processo eleitoral.

É esse o apelo que faço, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- É para que sejam marcados os 15 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Solicito que sejam marcados no painel os 15 minutos para a verificação de quórum.

Com a palavra o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, farei um esforço, estou bastante afônico...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Sr. Deputado, vou interromper V.Ex^a para proceder à verificação de quórum.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Srs. Deputados, há uma solicitação de verificação de quórum feita pelo deputado Álvaro Gomes. Peço aos Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, na sala do cafezinho ou nos corredores deste Poder que adentrem o Plenário.

Com a palavra o nobre deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, quero pedir desculpas, porque estou afônico, mas gostaria de dizer que, nesse assunto, não cabe qualquer hipocrisia. Em qualquer Parlamento do mundo, em período de campanha eleitoral há uma redução natural na frequência dos parlamentares por conta da necessidade de participação nas campanhas, sejam deputados da Oposição, sejam deputados da Situação.

O que a Bancada do governo, sob a nossa Liderança, decidiu foi fazer um esforço concentrado para que, no mínimo, de 15 em 15 dias possamos proceder à votação de projetos importantes, das mais diferentes origens. Se pudermos votar todas as semanas, naturalmente que é melhor. Se pudermos contar com 32 deputados aqui semanalmente para votar, melhor, votaremos regularmente toda semana. Agora, sem qualquer hipocrisia, porque nesse assunto não cabe, de fato, hipocrisia ou proselitismo, o esforço da Bancada para votar de 15 em 15 dias é por conta do período atípico, e apenas nos meses de agosto e

setembro, que são os 2 meses da campanha eleitoral. Nós acordamos com as nossas bancadas...

Eu não propus ao deputado Gildásio Penedo Filho, em momento algum, qualquer acordo, até porque não caberia, já que a Oposição, legitimamente, exige o quórum de 32 Srs. Deputados, o que a Bancada do governo é que deve garantir. Eu não propus, quero afirmar mais uma vez. Não é verdade que eu tenha convidado o deputado Gildásio Penedo Filho para fazer qualquer acordo. Não o convidei. O acordo a que me refiro é relativo à minha Bancada do governo. Nós estamos fazendo um esforço para, no mínimo, a cada 15 dias votarmos projetos. Se nós pudermos votar a cada semana, ótimo, melhor.

Agora, temos a certeza de que tanto os parlamentares da Situação quanto os da Oposição estarão em campanha. Ou, eu pergunto, o deputado Gildásio Penedo não vai participar de campanha eleitoral nas bases de apoio ao seu mandato? Claro que sim!

Eu estou afônico porque ontem participei de 4 comícios em 4 municípios: na minha terra, Caculé, em Itauape, distrito do Município de Licínio de Almeida, em Rio do Antônio e em Ibiassucê. Exagerei bem no uso da voz e por isto estou deste jeito.

Ora, não cabe hipocrisia, repito. Desculpem-me a franqueza, a sinceridade, mas nestes 2 meses – agosto e setembro – teremos dificuldades para manter nesta Casa 32 deputados para votarmos matérias. Portanto, quero assegurar ao deputado Gildásio e aos demais Líderes que a nossa Bancada estará presente, sim, à Assembléia participando das atividades das comissões permanentes e temporárias e das sessões neste Plenário, como estamos fazendo hoje.

Mas, especialmente para votação, faremos um esforço concentrado, porque, repito, teremos dificuldades de votar toda semana, Sr. Presidente. Então, cabe esta explicação e é importante que eu a dê, ainda que com dificuldades.

E a solicitação de verificação de quórum formulada pelo deputado Álvaro Gomes foi porque eu estava inscrito para falar no tempo do Partido dos Trabalhadores, mas, como V.Ex^a está vendo, estou com dificuldades devido ao estado da minha voz. É uma situação patológica, não é, deputado Heraldo?... Afônico, exatamente.

Então, como há matéria na Ordem do Dia, cabe à Liderança do governo solicitar a verificação de quórum, senão o projeto terá de ser apreciado. E estamos solicitando esta verificação de quórum após o último orador inscrito, que seria do Partido dos Trabalhadores.

Essa é nossa questão de ordem. Agradeço a V.Ex^a pela oportunidade de dar essas explicações.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, sem nenhuma hipocrisia, sem nenhum proselitismo, acho que o encaminhamento que o nobre Líder do governo, Waldenor Pereira,

deu à questão não foi correto, porque esta Casa já vem procedendo desta forma há muito tempo, não é só no período eleitoral, não. Durante todo o semestre passado, nobre Líder, a Bancada do governo não veio às sessões.

Tivemos aqui, deputado Waldenor, dificuldades para manter os trabalhos. Em várias e várias sessões do primeiro semestre, deputado, só estavam aqui para abri-las três parlamentares da Oposição e o deputado Álvaro Gomes. O deputado Gilberto diversas vezes se retirou do Plenário no início das sessões revoltado com a ausência dos seus pares. Ele até disse que não iria para a Mesa. E não era, repito, período eleitoral.

I Mas tudo isso é fruto do exemplo que o Executivo dá, tendo em vista que é um governo que não trabalha e que não tem nada para apresentar à Bahia. E é fruto, também, da cooptação desmedida que o governador fez nesta Casa. Digo cooptação para seguir a recomendação bíblica, porque, na verdade, o que houve aqui foi uma rifa, uma galinha-gorda de deputados.

E o que houve? O governo não tinha uma Maioria, é lógico que deveria buscá-la, mas, com o esvaziamento que fez na Bancada da Oposição, constituiu uma Maioria excessivamente folgada, tanto em termos numéricos quanto no que diz respeito à atividade parlamentar.

E assim, mesmo num período em que a Bahia vive um momento grave, passando por uma onda de violência nunca antes vista, esta Casa, com a exceção de cinco ou seis deputados, não trata dessa questão e não dá a contribuição que poderíamos dar.

O Legislativo moderno tem uma função muito maior do que votar leis. E é bom lembrar de que essa votação excessiva de leis mostra uma instabilidade social, porque uma sociedade que esteja consolidada não precisa de novas leis a toda hora. Precisamos nesta Casa de fiscalização, precisamos nesta Casa desempenhar o papel de defesa do consumidor de serviços públicos. E isso infelizmente a Bancada do governo não tem feito, porque o governo não deixa, porque interessa ao governador Wagner que o Poder Legislativo seja apático. Interessa ao governador que isto aqui seja esvaziado. Só assim as mazelas do seu governo, a incompetência administrativa do seu governo e a falta de ação do seu governo não serão mostradas à população baiana.

O apelo que faço é que o Líder retifique as suas declarações e peça à sua Bancada que venha aqui pelo menos de 15 em 15 dias não para votar, mas para participar dos debates sobre a grave situação do Estado da Bahia.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, acredito que nós, parlamentares, temos que, aqui, fazer um esforço no sentido de fortalecer cada vez mais esta Assembléia Legislativa. Entendo que não adianta ficar aqui um criticando o outro, às vezes de uma forma inconseqüente, incoerente. A Assembléia Legislativa precisa se fortalecer como Poder

independente. Não adianta imaginar que o período eleitoral é um período normal, igual a qualquer outro. É realmente diferente. Todos os parlamentares têm a obrigação de conhecer a realidade do Estado, visitar o interior. Particularmente, neste final de semana, estive em Dias D'Ávila, Pojuca, Alagoinhas, Heliópolis, Ribeira do Pombal, Tucano, Araci, Lamarão. Estamos nesse processo de acompanhamento, de discussão de projetos para que possamos desenvolver este Estado.

É preciso registrar que, no primeiro semestre, foram 226 proposições aprovadas, projetos de lei, sendo que 28, do Poder Executivo, 2, do Tribunal de Justiça, 1, do Ministério Público, 180 projetos de deputados, de utilidade pública, e 15 projetos de resolução. Portanto, 226 proposições aprovadas. Entre elas, temos a instituição da política e o Sistema de Habitação de Interesse Social e o Fundo de Habitação de Interesse Social, o Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública, a criação dos Núcleos de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas, a Política e o Sistema Estadual de Segurança Alimentar, autorização para o Executivo contratar operação de crédito de 400 milhões de dólares destinados à renegociação da dívida interna pública, e vários outros projetos que poderíamos citar aqui.

Portanto, esse foi um semestre bastante produtivo e importante para o desenvolvimento do nosso Estado. É o ideal? Evidentemente, não é. Sempre tenho ressaltado aqui a necessidade de discutirmos e aprovarmos projetos de parlamentares. Mesmo nessa questão, podemos também registrar alguns avanços. Foram 468 projetos distribuídos, 238 instruídos, foram votados na Comissão de Constituição e Justiça 94 projetos de parlamentares, boa parte foi aprovada, em pauta, 49, isso no primeiro semestre. Evidente que V.Ex^a sabe, porque não é deputado de primeiro mandato e entende do processo legislativo; sabe que o projeto primeiro é distribuído, o relator tem que fazer o relatório e devolver, é votado na Comissão de Constituição e Justiça, 94 já foram votados; depois passa para a Comissão Temática e, finalmente, vem para o Plenário. Então, evoluiu, mas precisamos evoluir muito mais. O desafio que temos é exercitar esse debate e essa discussão de projetos de parlamentares.

Portanto, quero, para concluir, dizer que não existe nenhuma orientação no sentido de que não haja sessões plenárias e o funcionamento normal, apenas fazer um esforço para que esse período seja o mais produtivo possível. É esse o esforço que todos devemos fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- O painel informa apenas a presença de 9 Srs. Deputados. Portanto, número insuficiente para a continuidade da sessão.

Declaro-a encerrada.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.